



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**NATAL/RN
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

**NATAL/RN
MARÇO/2014**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AGU – Advocacia Geral da União
CGU – Controladoria Geral da União
COR - Corregedoria Regional de Polícia Federal
COESGE/RN - Coordenador Estadual de Segurança Pública para Grandes Eventos no RN
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
GID – Grupo de Identificação
GRCC – Grupo de Repressão aos Crimes Cibernéticos
CRGE – Coordenação Regional Grandes Eventos
CRIS - Centro Regional de Inteligência de Sinais
DCPQ - Divisão de Controle de Produtos Químicos
DELEAQ - Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos
DELEFAZ - Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
DELEFIN - Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos
DELEMAPH - Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio - Ambiente e Patrimônio Histórico
DELEMIG - Delegacia de Polícia de Imigração
DELEPAT - Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas
DELEPREV - Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários
DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada
DELINST - Delegacia de Defesa Institucional
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/MOS/RN - Delegacia de Polícia Federal em Mossoró
DRCOR - Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes
DREX - Delegacia Regional Executiva
EGPS – Escritório de Gestão de Projetos
FIFA - A Federação Internacional de Futebol Associado
GAECO - Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
MARCCO - Movimento Articulado contra a Corrupção
MPF – Ministério Público Federal
NAD - Núcleo Administrativo
NEOF - Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
NIP - Núcleo de Inteligência Policial
NO - Núcleo de Operações
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUCART - Núcleo de Cartório
NUCOR - Núcleo de Correições
NUDIS- Núcleo de Disciplina
OACI - Organização da Aviação Civil Internacional
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RFB – Receita Federal do Brasil
RG – Relatório de Gestão
SELOG - Setor de Administração e Logística Policial
SETEC - Setor Técnico - Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SR/DPF/RN - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte
SRH - Setor de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União
UCI – Unidade de Controle Interno
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
URDP – Unidade de Repressão ao Desvio de Verbas Públicas
UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Quadro 2.1.1 – Identificação da unidade jurisdicionada relatório de gestão Individual (Quadro ...</i>	<i>13</i>
<i>Quadro 2.3.1 - Organograma Funcional da SR/DPF/RN</i>	<i>18</i>
<i>Quadro 2.4.1 – Macroprocessos Finalísticos da SR/DPF/RN.....</i>	<i>19</i>
<i>Quadro 2.5.1 – Macroprocessos Finalísticos do NIP/DPF/RN.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 2.5.2 – Macroprocessos Finalísticos do SRH/DPF/RN.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 2.5.3 – Macroprocessos Finalísticos do NTI/DPF/RN.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 2.5.4 – Macroprocessos Finalísticos do SELOG/DPF/RN.....</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 2.5.5 – Macroprocessos Finalísticos da COR/DPF/RN.....</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 2.5.6 – Macroprocessos Finalísticos da DREX/DPF/RN.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro 2.5.7 – Macroprocessos Finalísticos da DRCOR/DPF/RN.....</i>	<i>23</i>
<i>Quadro 2.5.8 – Macroprocessos Finalísticos do SETEC/DPF/RN</i>	<i>23</i>
<i>Quadro 3.2.1 – Prisões e apreensões realizadas pela SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN no ano de 2013.</i> <i>.....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro 3.2.2 – Operações policiais do DPF no estado do RN no ano de 2013</i>	<i>30</i>
<i>Quadro 3.2.3 – Atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência da SR/RN no ano de 2013...31</i>	<i>31</i>
<i>Quadro 3.2.4 – Atividades da COR/SR/DPF/RN no ano de 2013</i>	<i>32</i>
<i>Quadro 3.2.5 – Histórico de instrução de procedimentos disciplinares</i>	<i>32</i>
<i>Quadro 3.2.6 – Gráfico do histórico de instrução de procedimentos disciplinares.....</i>	<i>32</i>
<i>Quadro 3.2.7 – Quadro comparativo de Desempenho em Polícia Judiciária no Estado (SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN).....</i>	<i>33</i>
<i>Quadro 3.2.8 – Gráfico do histórico de instrução de inquéritos policiais</i>	<i>33</i>
<i>Quadro 3.2.9 – Laudos emitidos pelo SETEC/SR/DPF/RN no ano de 2013.....</i>	<i>33</i>
<i>Quadro 3.2.10 – Histórico das atividades de perícia.</i>	<i>34</i>
<i>Quadro 3.2.11 – Gráfico do histórico das atividades de perícia.....</i>	<i>34</i>
<i>Quadro 3.2.12 – Histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 3.2.13 – Gráfico do histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg.....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 3.2.14 - Atividades de Polícia Judiciária da DRE no ano de 2013.....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 3.2.15 – Operações desencadeadas pela DRE no ano de 2013</i>	<i>36</i>
<i>Quadro 3.2.16 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFAZ no ano de 2013.....</i>	<i>36</i>
<i>Quadro 3.2.17 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEMAPH no ano de 2013.....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 3.2.18 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPREV no ano de 2013.....</i>	<i>38</i>
<i>Quadro 3.2.19 - Atividades de Polícia Judiciária da DELINST no ano de 2013.....</i>	<i>38</i>
<i>Quadro 3.2.20 – Operações desencadeadas pela DELEFIN no ano de 2013.....</i>	<i>38</i>
<i>Quadro 3.2.21 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFIN no ano de 2013.....</i>	<i>38</i>
<i>Quadro 3.2.22 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPAT no ano de 2013.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 3.2.23 – Operações desencadeadas pela DELEPAT no ano de 2013</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 3.2.24 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEAQ no ano de 2013</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 3.2.25 - Atividades da DELEAQ no ano de 2013</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 3.2.26 - Histórico das principais atividades de controle de armas.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 3.2.27 – Gráfico das principais atividades de controle de armas.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 3.2.28 – Atividades de controle e fiscalização de produtos e insumos químicos</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 3.2.29 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEMIG no ano de 2013</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 3.2.30 - Atividades da DELEMIG no ano de 2013</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 3.2.31 – Histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros.....</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 3.2.32 – Gráfico do histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 3.2.33 - Atividades de Polícia Judiciária da DELESP no ano de 2013</i>	<i>44</i>

<i>Quadro 3.2.34 - Histórico das atividades da DELESP.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 3.2.35 – Gráfico do histórico das atividades da DELESP no ano de 2013.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 3.2.36 - Atividades do GID no ano de 2013</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 3.2.37 – Utilização do Sistema AFIS pelo GID/SR/DPF/RN – Número de lançamentos, validações e hits em validações.....</i>	<i>47</i>
<i>Quadro 3.2.38 – Número de inserções de registros realizados pelo GID/SR/DPF/RN, segundo o tipo de registro, no período de 2011 a 2013.</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 3.2.39 – Atividades do Núcleo de Operações da DREX no ano de 2013</i>	<i>50</i>
<i>Quadro 3.2.40 – Quadro geral das atividades de P. Judiciária da SR/DPF/RN no ano de 2013.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro 3.2.41 - Atividades de polícia judiciária, por delegacia, da SR/DPF/RN no ano de 2013 ..</i>	<i>51</i>
<i>Quadro 3.2.42 – Atividades cartorárias da DPF/MOS/RN no ano de 2013</i>	<i>51</i>
<i>Quadro 3.2.43 - Atividades de Polícia Judiciária da DPF/MOS/RN no ano de 2013</i>	<i>51</i>
<i>Quadro 3.2.44 - Atividades referentes ao SINARM/DPF/MOS/RN no ano de 2013.....</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 3.2.45 - Atividades ref. ao controle de segurança privada da DPF/MOS/RN no ano de 2013</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 3.2.46 - Atividades referentes à comissão de controle de produtos químicos da DPF/MOS/RN no ano de 2013</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 3.2.47 - Apreensão de drogas ilícitas no âmbito da DPF/MOS/RN no ano de 2013</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 3.2.48 - Atividades executadas pelo Núcleo de Identificação DPF/MOS/RN no ano de 2013</i>	<i>53</i>
<i>Quadro 3.2.49- Atividades executadas pelo Núcleo de Imigração DPF/MOS/RN no ano de 2013..</i>	<i>53</i>
<i>Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.3.2 da Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>57</i>
<i>Quadro 4.4.1 – Relatório de procedimentos instaurados e registrados no CGU/PAD.....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro 5.1.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Quadro A.4.1.2.1 da Portaria TCU 150/2012).</i>	<i>61</i>
<i>Quadro 5.1.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.5 – Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>63</i>
<i>Quadro 5.1.2.2.1- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.6 – Portaria TCU 175/2013).</i>	<i>64</i>
<i>Quadro 5.3.1- Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (Quadro A.4.3 – Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 5.3.1.1- Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.4.5.1 – Portaria TCU 175/2013).</i>	<i>66</i>
<i>Quadro 5.3.2.1- Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador (Quadro A.4.5.3 – Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>66</i>
<i>Quadro 5.3.3.1- Prestação de contas de suprimento de fundos (Conta tipo “B” e CPGF) (Quadro A.4.5.4 – Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>66</i>
<i>Quadro 6.1.1.1.1 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.2 da Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>68</i>
<i>Quadro 6.1.2.1 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Quadro A.5.1.2.1 da Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>69</i>
<i>Quadro 6.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Quadro A.5.1.2.3 da Portaria TCU 175/2013).</i>	<i>69</i>
<i>Quadro 6.1.3.1 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.1.3 da Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>70</i>
<i>Quadro 6.1.4.1.1 – Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.1 da Portaria TCU 175/2013).....</i>	<i>71</i>

<i>Quadro 6.1.4.2.1 – Instituidores de pensão - situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.2 da Portaria TCU 175/2013).</i>	71
<i>Quadro 6.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.5.2.3 – Portaria TCU 175/2013)</i>	73
<i>Quadro 6.2.2.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. (Quadro A.5.2.4 – Portaria TCU 175/2013)</i>	74
<i>Quadro 6.2.5.1 - Composição do quadro de estagiários (Quadro A.5.2.6 da Portaria TCU 175/2013)</i>	76
<i>Quadro 7.2.1.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União (Quadro A.6.2.1 da Portaria TCU 175/2013)</i>	78
<i>Quadro 7.2.2.1 – Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional (Quadro A.6.2.2 da Portaria TCU 175/2013)</i>	79
<i>Quadro 7.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros (Quadro A.6.3 da Portaria TCU 175/2013)</i>	79
<i>Quadro 8.1.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis (Quadro A.8.1 da Portaria TCU 175/2013)</i>	80
<i>Quadro 8.2.1 – Consumo de papel, energia elétrica e água (Quadro A.8.2 da Portaria do TCU 175/2013)</i>	81
<i>Quadro 9.1.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.9.1.1 da Portaria TCU 175/2013)</i>	82
<i>Quadro 9.1.1.2 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.9.1.1 da Portaria TCU 175/2013)</i>	82
<i>Quadro 9.2.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.9.4.1 da Portaria TCU 175/2013)</i>	83
<i>Quadro 9.3.1 - Declaração do responsável pela área de contratos (Quadro A.9.6 da Portaria TCU 175/2013)</i>	84
<i>Quadro 11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. (Quadro A.11.2.1 da Portaria TCU 175/2013)</i>	88

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	9
2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....	13
2.1. Identificação de Relatório de Gestão INDIVIDUAL	13
2.2 Finalidade e Competência institucional	15
2.2.2 Objetivos estratégicos.....	15
2.3 Organograma Funcional.....	18
2.4 Macroprocessos Finalísticos	19
2.5 Macroprocessos de Apoio	20
2.6 Principais Parceiros	24
3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	27
3.2 Informações sobre outros resultados da gestão	28
3.2.1 Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada	53
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	56
4.1 Estrutura de Governança	56
4.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	57
4.3 Sistema de Correição	59
4.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	60
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	61
5.1 Execução das despesas	61
5.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	61
5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	65
5.3 Suprimento de Fundos.....	66
5.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.	66
5.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Cooperativo.....	66
5.3.3 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.....	66
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	68
6.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	68
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	68
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	69
6.1.3 Custos Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	70
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	71
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	71
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	71
6.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	71
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	73
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	73
6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	74
6.2.3 Análise Crítica dos quadros A.5.2.3 e A.5.2.4 da Portaria 175/2013-TCU	75
6.2.4 Composição do Quadro de Estagiários.....	76
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	77
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	77
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	78
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	78

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	79
7.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	79
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	80
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	80
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	81
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	82
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	82
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	82
9.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	83
9.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	83
9.2.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	83
9.3 Alimentação SIASG E SICONV	84
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	85
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	86
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	86
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	86
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	88
11.2.1 Declaração Plena	88
12 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA GESTÃO.....	89
12.1 Providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório.	89
12.2 Criação da Coordenação de Segurança em Grandes Eventos – CRGE.....	89
12.3 Principais informações veiculadas pela Comunicação Social no ano de 2013:	90
12.4 Programa Carbono Neutro	93
13 - RESULTADOS E CONCLUSÕES	94

1 - INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2013 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da SR/DPF/RN, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 127 e 132/2013 da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, seguindo os itens relacionados na Portaria TCU 175/2013, os quais foram renumerados de acordo com os tópicos inerentes a UJ. Diante da necessidade de renumeração, a seguir informamos os itens e quadros que não se aplicam a esta Regional.

O item 2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados, da Portaria TCU 175/2013, não foi preenchido por esta UJ, (quadros A.2.2.1, A.2.2.2, A.2.2.3.1, A.2.2.3.2, A.2.2.3.3, A.2.2.3.4), uma vez que tais informações não se aplicam à Esta Regional.

O item 3.3 da Portaria TCU 175/2013, que trata da remuneração paga a administradores, não se aplica à Polícia Federal, assim os quadros A.3.3.2, A.3.3.3 e A.3.3.4 não foram preenchidos.

O item 3.6 da Portaria TCU 175/2013 foi respondido no subitem 3.2 do Quadro A.3.2, posto que a Unidade ainda não dispõe de indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 175/2013, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/RN opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação (Quadros A.4.1.1, A.4.1.2.2, A.4.1.3.1, A.4.1.3.2, A.4.1.3.3, A.4.1.3.4)

Esta UJ não possui passivos, para reconhecimento, por insuficiência de créditos ou recursos, assim deixamos de prestar as informações solicitadas no item 4.2, quadro A.4.2.

Convém salientar que a SR/DPF/RN não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Neste descortino, também não faz parte deste relatório o Item 5.3 da Portaria TCU 175/2013, deixamos, assim, de preencher os quadros A.4.4.1, A.4.4.2, A.4.4.3 e A.4.4.4.

Deixamos de preencher, também, o quadro A.4.5.2 – Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (Conta Tipo “B”), vez que não dispomos de suprimentos de fundos de conta tipo “B”.

O item 4.6 da Portaria TCU - Renúncias sob a Gestão da UJ – não se aplica a esta Unidade, desta feita deixamos de preencher os quadros A.4.6.1.1, A.4.6.2.1, A.4.6.2.2, A.4.6.2.3, A.4.6.2.4.1, A.4.6.2.4.2, A.4.6.2.5.1, A.4.6.2.5.2, A.4.6.2.6, A.4.6.2.7, A.4.6.2.8, A.4.6.2.9 e A.4.6.2.11.

No mesmo entendimento, deixamos de prestar as informações solicitadas no item 4.7 Gestão de Precatório e nos quadros A.4.7.1 e A.4.7.2.

Considerando o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF (Código de Indexação 01/2012-DGP/DPF) e na Instrução Normativa 69, de 14.12.2012, as informações constantes nos quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.2.2 estão resguardadas por sigilo, assim não podem ser incluídos no presente Relatório, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle.

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da

Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Por conseguinte o item 5.1.5 - Cadastramento no Sisac e os quadros A.5.1.5.1, A.5.1.5.2, A.5.1.5.3 e A.5.1.5.4, não constam neste relatório.

As informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão não se aplicam ao DPF, assim, o quadro A 5.2.1, também não consta no presente relatório. Portanto, conclui-se que nesta SR/RN não há terceirizados irregulares em atividade na unidade e que os contratos de terceirização de mão de obra vigentes em de acordo com o Decreto N° 2.271/1997, conforme entendimento emanado pelo TCU no Acórdão 2081/2012.

Em relação ao quadro A.5.2.2 autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento, será informado pelo Órgão Central.

As informações constantes das alíneas: “c” e “g” do item 6.1: “c) *Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral*” e “g) *Plano de substituição da frota*”, não constam neste Relatório de Gestão por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF (Código de Indexação 01/2012-DLOG/DPF) e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, estarão à disposição dos órgãos de controle.

O Quadro A.6.2.3, não foi preenchido em razão desta Regional não possuir imóveis funcionais.

O item 7 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento será respondido pela CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação da PF, em Brasília, em razão das perguntas do quadro A.7.1 dizem respeito às Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI, questões inerentemente ligadas à gestão central do Departamento. Tais diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização.

Em relação ao subitem “9.1.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício”, deixamos de apresentar, pois estas não se aplicam a esta UJ.

Deixamos de prestar informações referentes ao item “9.2 Tratamento de Recomendações do OCI”, pois esta unidade não foi contemplada com recomendações pela CGU para o exercício de 2013.

Deixamos, também, de informar, sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna (Item 9.3 da Portaria TCU 175/2013), uma vez que não dispomos desta Unidade no organograma da SR/RN e sim uma assessoria de controle interno composta de apenas um servidor.

Por não ter ocorrido instauração de Termo de Contas Especiais para apurar possíveis danos ao erário, o item 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário não foi preenchido, assim com o quadro A.9.5.

Os subitens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6, não se aplicam ao Departamento de Polícia Federal.

Por oportuno, merece registro, que o contingenciamento orçamentário do Governo Federal materializado pelos Decretos nºs 7995 e 8062/2013 e potencializado pelas Portarias nºs 267 e 268 MPOG limitaram os gastos em determinadas despesas, ditas de funcionamento, o que demandou grande esforço das unidades em se adequar a esta realidade. Diante desse quadro, no final do mês de outubro/2013, após empenho do DPF e do MJ, houve a liberação para as unidades gestoras dos limites necessários para empenho total de suas despesas dentro de suas cotas orçamentárias e recompor as cotas de diárias operacionais reduzidas em 30/08/2013, evitando, assim a paralização das atividades da Polícia Federal.

Cabe ressaltar que o Estado do Rio Grande do Norte ocupa uma área de 52.810,699 km², é composto por 167 (cento e sessenta e sete) municípios, sendo 107 (cento e sete) na circunscrição da sede desta Regional e 60 (sessenta) na circunscrição da DPF/MOS/RN, conforme Portaria nº 2099/2011-DG/DPF.

O ano de 2013 teve foco em ações visando busca de soluções de algumas fragilidades ou deficiências detectadas a partir dos resultados inferidos no ano de 2012, especialmente a análise do Plano de Metas e os resultados e objetivos alcançados, tanto na área operacional, quanto na seara administrativa.

Nesse intuito, as medidas na área operacional foram objetivando a redução de número de inquéritos policiais, atentando-se para uma diretriz traçada pela Direção-Geral e Corregedoria-Geral, priorizando-se a conclusão de inquéritos policiais instaurados anteriormente ao ano de 2010, além dos inquéritos policiais de natureza eleitoral. A adoção de medidas visando a cobertura da face de Polícia Judiciária (cartorária) foi tratada em igual primazia com a questão operacional propriamente dita, com a continuidade e conclusão de operações policiais principalmente das áreas que, em razão das próprias características do Estado, são peculiares, como o combate ao tráfico de drogas, aos crimes de desvio de recursos públicos, crimes contra o patrimônio e, de um modo geral, contra a criminalidade organizada.

As ações, todavia, foram um tanto quanto prejudicadas em razão do empenho de grande parte do efetivo para as ações capacitantes para a Copa do Mundo, contando a cidade do Natal como uma de suas Sedes. Nesse intuito, houve a capacitação de grande parte dos policiais aqui lotados, quer na modalidade presencial, quer na forma de ensino à distância, os quais tiveram, em maior ou menor grau, prejuízo no comprometimento com a atividade normalmente desempenhada.

A par dessa situação, houve, igualmente, alocação de parte do efetivo nas ações da Copa das Confederações, embora esta cidade não tenha sido sede para o evento. Isso ocorreu em atendimento à diretriz dos órgãos centrais para que parte do efetivo a ser empenhado – entenda-se principalmente os que participam mais ativamente das coordenações ou responsáveis por determinadas atividades – para que entendessem a dinâmica do evento, além de reforçar as unidades que serviram de sede para o evento-teste. Nesse intuito, servidores aqui lotados foram enviados para Fortaleza, Recife, Brasília e Rio de Janeiro.

Logo na sequência desse Grande Evento, parte do efetivo também se viu comprometida com a participação nas ações de segurança da Visita do Papa Francisco, além da Jornada Mundial da Juventude, principalmente nas questões afetas à segurança aeroportuária e segurança de dignitários, com participação dos servidores principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Após a retomada do curso normal das atividades policiais, tivemos ao longo do segundo semestre, três operações policiais de grande porte e que estavam demandando boa parte dos recursos: Operação Hecatombe, que investigou a existência de grupos de extermínio nesta Capital e região metropolitana; Operação Forró, que investigou organização criminosa voltada para a exploração do jogo e eventual lavagem de dinheiro; e a operação Salt, que investigou organização

criminosa voltada para a lavagem de dinheiro e crimes contra a ordem tributária.

Importante, ainda, elencar, entre as ações do ano, a investigação de um homicídio praticando contra o Agente Penitenciário Federal Lucas Barbosa Costa, a qual restou devidamente esclarecida pela Polícia Federal, que contou com o apoio da área de inteligência do Departamento Penitenciário Federal, que consumiu boa parte dos recursos disponíveis desta SR, dificultado pela existência de várias faces investigativas, dentre elas, a passionalidade, a atuação do crime organizado ou o latrocínio, versão esta que se revelou a mais concreta, levando, inclusive à prisão e ao processamento dos supostos suspeito (operação Depen).

Além dessas operações nominadas, esta Superintendência ainda realizou diversas apreensões de entorpecentes, principalmente Maconha, no interior do Estado, desarticulando organizações criminosas voltadas para essa atividade, culminando com um grande volume, superando marcas históricas se computadas as decorrentes da atividade da Polícia Federal.

Para o ano de 2014, além das Operações Policiais e das atividades que esta Unidade atua em razão das demandas próprias, há alguns esforços bastante específicos. Para o primeiro semestre, grande parte do foco estará voltada para as questões da Segurança para o Grande Evento Copa do Mundo, considerando que além de fazer parte do circuito das Cidades-Sedes, conta com a presença de importantes seleções do Mundo, cujo grau de risco naturalmente se eleva (Estados Unidos, principalmente, além de Itália, Uruguai, México, Japão etc).

Outra prioridade estabelecida pela Administração local é a transferência das instalações do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim, para o de São Gonçalo de Amarante, bem como o reforço no efetivo, tendo em vista o aumento dos voos que ocorrerá devido a Copa do Mundo FIFA 2014.

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

2.1. Identificação de Relatório de Gestão INDIVIDUAL

Quadro 2.1.1 – Identificação da unidade jurisdicionada relatório de gestão Individual (Quadro A.1.1.1 da Portaria TCU 175/2013)

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte				
Denominação abreviada: SR/DPF/RN				
Código SIORG: 1155		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200086
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0036-66	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:		(84)3204-5602.	(84) 3204-5509.	(84) 3204-5604fax.
Endereço eletrônico: gab.srn@dpf.gov.br e beltrao.pmbf@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br				
Endereço Postal: Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59064-250				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
SR/DPF/RN - TESOURO	00.394.494/0036-66	200394	Ativa	001155
SR/DPF/RN - FUNAPOL	00.394.494/0036-66	200395	Ativa	000316
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/RN: Portaria 184, de 19/04/65 – Cria a Subdelegacia Regional, BS nº 081, de 04/05/65. Decreto 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72, Transformada em Divisão. Portaria 039, de 17/03/75, publicada no BS nº 052, de 18/03/75. Elevada para Superintendência Regional. FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.				
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007 e suas alterações, que aprova a estrutura regimental do MJ. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o novo Regimento Interno do DPF. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes, alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; alterada pela IN Nº 39/2010 - DG/DPF. - Portaria nº 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas, alterada pelas Portarias nº 2532/2011-DG/DPF, de 17 de agosto 2011, publicada no BS nº 159, de 18 de agosto de 2011 e nº 2678/2011-DG/DPF, de 1º de novembro de 2011, publicada no BS nº 211, de 3 de novembro de 2011.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
- Carta de Serviços ao Cidadão, disponível em meio eletrônico (http://www.dpf.gov.br/institucional/carta-de-servicos). O documento busca ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços e facilitar o atendimento ao público nas unidades da Polícia Federal. - Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (http://intranet.dpf.gov.br/servidor/carta-de-servicos/) na intranet do órgão. A Polícia Federal, seguindo a diretriz de valorização do servidor, elaborou sua Carta				

de Serviços ao Servidor, com o objetivo de divulgar os serviços mais relevantes prestados pelas unidades de gestão de pessoal. O conhecimento dos serviços e processos internos tem facilitado o seu acesso pelo usuário, aumentando a transparência na sua prestação.

- Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial (três volumes), publicado pela Setorial de Contabilidade do DPF, em muito contribuindo para a padronização de procedimentos nas áreas correlatas nesta Regional.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200394	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte (TESOURO)
200395	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte (FUNAPOL)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200394	0001
200395	0001

2.2 Finalidade e Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa - INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

No que tange a suas atribuições normativas, a Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Norte exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Mais recentemente e em razão da demanda específica, com a criação da Secretaria Extraordinária para Segurança Pública em Grandes Eventos (SESGE), vinculado ao Ministério da Justiça, houve a indicação de um Delegado de Polícia Federal lotado nesta SR para assumir as funções de Presidente da COESGE/RN - Coordenador Estadual de Segurança Pública para Grandes Eventos no Estado do Rio Grande do Norte, cuja atribuição, de forma resumida, é a interlocução interagências da área de Segurança Pública e afins voltado para a preparação para os eventos.

2.2.2 Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do

planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- **Plano Estratégico**, composto por:

- I - Histórico;
- II - Negócio;
- III - Missão;
- IV - Visão;
- V - Valores;
- VI - Fatores Críticos de Sucesso;
- VII - Políticas Corporativas;
- VIII - Macro Objetivos;
- IX - Objetivos Institucionais; e
- X - Ações Estratégicas.

- **Portfólio Estratégico**, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

- I - Objetivos Institucionais; e
- II - Ações Estratégicas.

- **Mapa Estratégico**, composto de:

- I - Missão;
- II - Visão;
- III - Perspectivas;
- IV - Macro Objetivos;
- V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
- VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

- a) **Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

- b) **Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

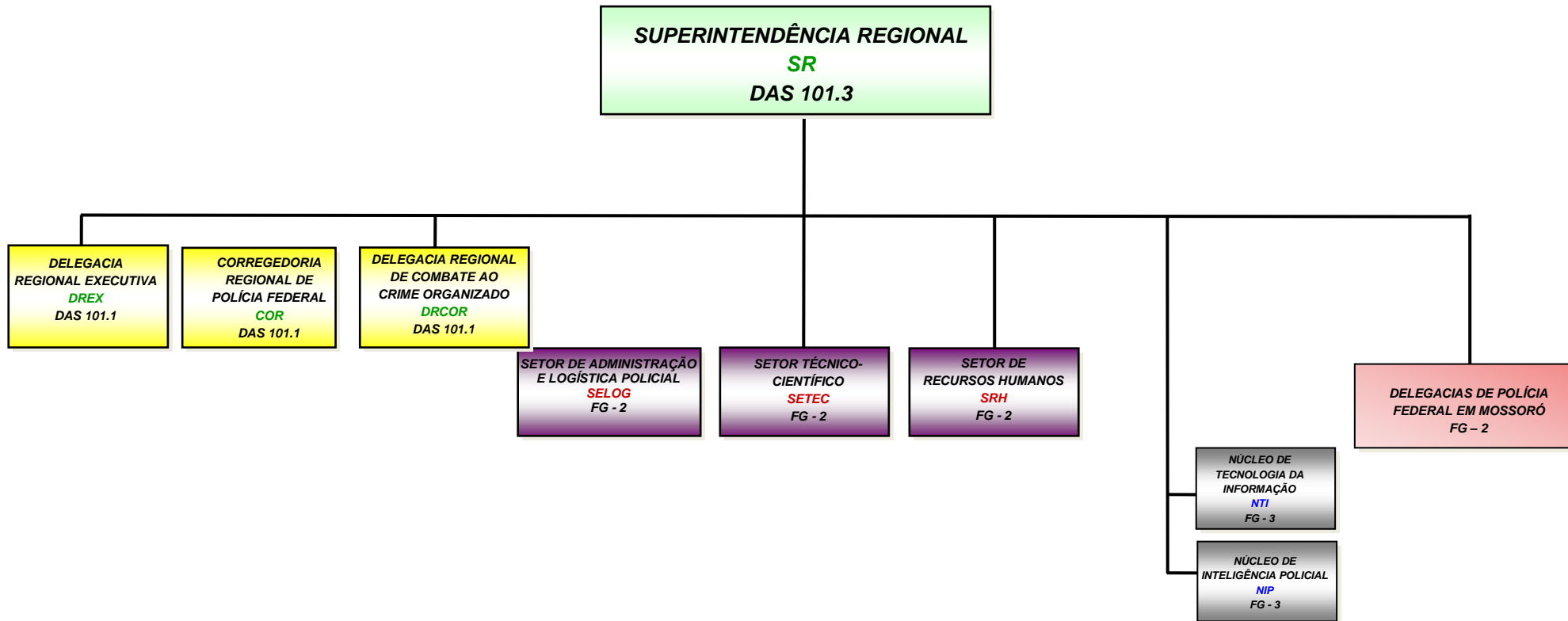
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.3 Organograma Funcional

Quadro 2.3.1 - Organograma Funcional da SR/DPF/RN



2.4 Macroprocessos Finalísticos

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se concluir que o papel desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte é contribuir com o cumprimento da missão do Departamento em nível regional, tanto como Polícia Judiciária da União, como Polícia Administrativa. Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça - MJ, publicada na Seção 1 do DOU nº 001, de 02 de janeiro de 2012, quais sejam:

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.4.1 – Macroprocessos Finalísticos da SR/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

¹ Fonte: *Arquitetura de Processos da Polícia Federal*

2.5 Macroprocessos de Apoio

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.1 – Macroprocessos Finalísticos do NIP/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

Setor de Recursos Humanos

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 2.5.2 – Macroprocessos Finalísticos do SRH/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.3 – Macroprocessos Finalísticos do NTI/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.4 – Macroprocessos Finalísticos do SELOG/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correções, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.5 – Macroprocessos Finalísticos da COR/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correções em procedimentos disciplinares; correções das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correções parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

Delegacia Regional Executiva – DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.6 – Macroprocessos Finalísticos da DREX/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere à Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.

Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso o Grupo de Pronto Intervenção - GPI e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.7 – Macroprocessos Finalísticos da DRCOR/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Setor Técnico Científico - SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 2.5.8 – Macroprocessos Finalísticos do SETEC/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

2.6 Principais Parceiros

A Superintendência Regional da Polícia Federal no RN possui diversos parceiros externos, os quais colaboram e participam na consecução dos objetivos da SR de formas variadas, dentre eles destacam-se:

RECEITA FEDERAL: Troca de informações entre as instituições, visando o combate ao contrabando, descaminho, sonegação fiscal, etc. Participação em operações em conjunto, além de doações de equipamentos em geral para equipar a Superintendência. Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

IBAMA: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes ambientais. Além de participarem de operações em conjunto.

CGU: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes perpetrados por servidores públicos e políticos, participação em operações em conjunto. Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

TCU: Acordo de Cooperação assinado, com vistas a fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração entre os partícipes, com fins de ampliar as ações de articulação, integração e intercâmbio que contribuam para a maior celeridade e eficiência dos processos que envolvam a proteção e a recomposição do patrimônio da União e a defesa da probidade administrativa.

Superintendência do Patrimônio da União – SPU: Total apoio à SR/RN na condução dos processos de doação dos terrenos situados nos Municípios de Macaíba/RN e Mossoró/RN, sendo o primeiro com a finalidade da guarda dos veículos apreendidos pela SR e o segundo para construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal de Mossoró.

INSS: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes previdenciários. Além de participarem de operações em conjunto.

ANATEL: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes relacionados à telecomunicação. Além de participarem de operações em conjunto.

ECT: Troca de informações entre as instituições, visando combater assaltos às agências do Correios e demais crimes conexos.

MPT/RN: Cooperação por parte do Ministério Público do Trabalho, com assinaturas de Termos de Ajustamento de Condutas – TAC, em que a Polícia Federal é beneficiada com recursos provenientes de empresas condenadas em processos trabalhistas, para melhorias das instalações da Sede.

MPF/RN: Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

MPE/RN: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto a cooperação mútua entre os partícipes no intercâmbio eletrônico de informações para a utilização do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, visando à prevenção e repressão da criminalidade no Brasil.

TJ/RN: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto a cooperação técnica entre os partícipes no intercâmbio eletrônico de informações para a utilização do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, visando à prevenção e repressão da criminalidade no Brasil.

SECEX/RN: Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

AGU: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto o estabelecimento dos termos de cooperação técnica visando a fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração, entre os partícipes, com o fim de ampliar as ações de articulação, integração e intercâmbio que contribuam para a maior celeridade e eficiência dos processos que envolvam a proteção e a recomposição do Patrimônio da União e a defesa da probidade administrativa.

SESED/RN: Troca de informações de inteligência entre as instituições, visando o combate ao crime organizado no Estado, além dos acordos de cooperação abaixo relacionados:

Acordo de Cooperação assinado, com o objetivo de desenvolver projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.

Acordo de Cooperação assinado, com vistas à execução de ações integradas destinadas à utilização de cães pertencentes ao acervo da Companhia de Policiamento com Cães do Batalhão de Choque da PM de RN, em operações de prevenção e repressão a ilícitos penais, em especial, ao tráfico de drogas coordenadas pela SR/DPF/RN.

Acordo de Cooperação com vistas ao compartilhamento da infraestrutura da Estação de Radiocomunicação pertencente à SESED/RN, com a finalidade de instalação de Estação de Rádio Base (ERB) pertencente ao DPF.

PRF: Trabalho em conjunto com a SR/RN, em diversas operações desencadeadas pela Superintendência Regional e apoio nos postos de fiscalização para interceptação e prisão de traficantes.

SEJUC/RN: Termo de Cooperação assinado, tendo como objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes visando à efetivação dos serviços de recebimento, guarda e custódia de presos do Poder Judiciário Federal e Estadual, sob responsabilidade da Polícia Federal, a ser realizado no Sistema Penitenciário do RN, por intermédio da Secretaria de Justiça e Cidadania.

CEF: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes financeiros, estelionatos, etc., em que a CEF é vítima; Termo de Cooperação assinado, tendo como objeto o desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.

Banco do Brasil: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto regulamentar a disponibilização, pelo banco à PF, do aplicativo “Repasse de Recursos de Projeto de Governo – RPG”, via autoatendimento do Setor Público – ASSP, em ambiente “WEB”, permitindo à PF acesso aos saldos e extratos da conta específicas destinadas de repasses financeiros da União ao Estado do

RN, seus municípios, e outras entidades públicas localizadas no Estado do RN com quem o Banco possua Acordo específico para abertura massificada de contas.

Marinha do Brasil: Termo de Cooperação assinado, com vista à coordenação e/ou execução de ações integradas, destinadas a prevenção e repressão a ilícitos penais, bem como ao planejamento de ações e desenvolvimento de projetos institucionais e de interesse comum, voltados para as áreas de logística, comunicações, recursos humanos, inteligência, tecnologia da informação, dentre outras.

Exército Brasileiro: Apoio à SR/RN com cessão temporária de material bélico (fuzis); Apoio à SR/RN com utilização de maquinários para limpeza do terreno situado em Macaíba, que será utilizado para guarda dos veículos apreendidos.

UFRN/SIASS: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto a execução de ações e atividades de prevenção aos agravos, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores, perícia oficial e assistência, com vista a garantir a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, estabelecida pelo Decreto nº 6.833/2009.

Infraero: Acordo de Cooperação assinado, com vistas a instalação, utilização e manutenção de equipamentos Raio-X na área de embarque internacional do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em apoio às ações e atividades de segurança pública.

3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Portaria N° 2.877 – MJ, de 30/12/2011, aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal e, derivada desta regulamentação a Instrução Normativa N° 013/2005 – DG/DPF alterada pela IN 039/2010 – DG/DPF, definiu as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do DPF. Alinhado a este arcabouço legal, a Polícia elaborou, a partir da análise de fatores internos e externos da entidade, o planejamento estratégico de longo prazo para o período de 2010/2022, vindo a aprovar o portfólio estratégico e o mapa estratégico da Polícia Federal, conforme Portaria N° 1735/2010-DG/DPF de 03/11/2010.

No campo do planejamento tático, onde se definem as diretrizes em várias áreas da organização com vistas a otimizar o emprego dos recursos na consecução de um resultado, o DPF realizou o mapeamento dos principais processos das atividades meio e fim do órgão e elegeu 25 macroprocessos, já descritos nos itens 2.4 e 2.5. Os macroprocessos foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho N° 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013.

No campo do planejamento operacional, visando colocar em prática os planos táticos dentro da organização, o DPF instituiu por meio da portaria N° 021/2010 – DG/DP, integrado com o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei de Orçamento Anual – LOA, o Plano de Metas Anual – PMA em âmbito nacional. Neste Plano de Metas, a Superintendência Regional do DPF no RN estabeleceu para 2013 37 (trinta e sete) metas classificadas em Institucionais (normativos, revisão de processos e resultados do órgão), Policiais (atividades fim) e Administrativas (Atividades meio).

A Superintendência Regional do DPF no RN atua seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. A Delegacia Descentralizada em Mossoró opera em consonância com a Superintendência em Natal no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam a circunscrição dessa Delegacia. Da mesma forma, a SR/DPF/RN opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Por sua localização estratégica e proximidade com a Europa, África e América Central e do Norte, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Portanto, seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2013, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Norte atuou no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado operações policiais de combate ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas, assaltos aos Correios e combate a crimes financeiros e tributários.

Com efeito, a Polícia Federal tem como principal produto de suas ações a instauração do inquérito policial. Este vale tanto para as ações proativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria). A par disso, e considerando as peculiaridades do Estado do Rio Grande do Norte, esta Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crimes financeiros, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção, assaltos a agências dos Correios, desvio de recursos federais e crimes eleitorais.

Em situações pontuais, no caso das grandes operações, devido à escassez de recursos humanos, é necessário o recrutamento de policiais de outras unidades da Federação para compor equipes de investigação, com a finalidade de colher informações e provas contra os investigados, assim como, para compor as equipes responsáveis pela deflagração das operações.

No âmbito dos Acordos de Cooperações celebrados com as instituições parceiras, a Polícia Federal no RN disponibilizou os serviços de perícia e/ou inteligência policial ao Poder Judiciário, à Secretaria de Segurança Pública do RN e as Forças Armadas, no intuito de cooperar com as investigações de competências dessas instituições.

3.2 Informações sobre outros resultados da gestão

No ano de 2013, na Superintendência Regional foram instaurados 1.182 (mil cento e oitenta e dois) Inquéritos Policiais e relatados 907 (novecentos e sete). Na Delegacia de Mossoró foram instaurados 1.285 (mil duzentos e oitenta e cinco) IPLs e 998 (novecentos e noventa e oito) foram relatados. Dos inquéritos instaurados no ano de 2013 na Superintendência Regional, 56 (cinquenta e seis) ocorreram por meio de Autos de Prisão em Flagrante e 23 (vinte e três) na DPF/MOS//RN, os quais foram encaminhados por Policiais Federais e também por integrantes de outros órgãos de segurança.

Paralelamente, diversas realizações foram levadas a efeito durante o ano de 2013, com destaque para:

- Início da adequação do terreno situado no Município de Macaíba/RN para receber os veículos apreendidos por esta Superintendência Regional e transferência de veículos que estavam na CPRE para o terreno.
- Início da construção do estande de tiro da SR/RN, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, do MPT/RN.
- Ampliação da área coberta, do estacionamento externo, com sombreiros para os veículos dos servidores e visitantes.
- Manutenção e acompanhamento permanente do SELOG em relação aos 41 (quarenta e um) contratos permanente e continuados mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção predial, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc.
- Realização de cursos e treinamentos para os Servidores desta Superintendência, em especial, visando a COPA DO MUNDO FIFA 2014.
- Visando elaboração dos Planos de Ação para segurança da COPA DO MUNDO FIFA 2014, foram criadas 17 (dezessete) Coordenações, com 02(dois) servidores em cada Coordenação, além do Escritório de Projetos na SR/DPF/RN.
- Firmado contrato com a empresa LANLINK, responsável pela nova sistemática de suporte técnico de informática aos usuários da PF/RN.
- Realização do "Circuito Saúde", por parte da GEAP, com o apoio do Serviço Social. Onde foram realizadas ações de prevenção nas áreas de enfermagem: saúde do homem e da mulher, nutrição e odontologia, além de exame de glicemia, IMC, verificação de pressão arterial, além de dois serviços excepcionais: QUIROPAXIA e CROMOTERAPIA.
- Capacitação periódica dos policiais em relação ao manuseio e uso de armas de fogo, através do S.A.T.
- O Grupo de Bombas e Explosivos da Superintendência Regional realizou um treinamento inédito no interior de uma aeronave, com o robô antibombas.

- Diversos policiais foram designados para reforçar a segurança nos Aeroportos, Portos e realizar segurança de dignitários e das seleções de futebol, durante a Copa das Confederações em Fortaleza/CE, bem como na Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro/RJ.
- Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, pelo sexto ano consecutivo, a Polícia Federal no Rio Grande do Norte realizou o plantio de mudas de árvores para a compensação exclusiva de gases de efeito estufa, gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade.
- O SETEC finalizou o ano com aproximadamente 533 (quinhentos e trinta e três) laudos concluídos.
- Na Campanha do Desarmamento, foram devolvidas pela sociedade 108 (cento e oito) armas.
- Foram lavrados, 56 (cinquenta e seis) Autos de Prisão em Flagrante, encaminhados por Policiais Federais e também por integrantes de outros Órgãos de Segurança. Somando-se o total de presos em flagrante chega-se ao número de 74 (setenta e quatro) autuados.

Por fim, as tabelas abaixo quantificam algumas atividades desenvolvidas pela SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN no ano de 2013.

Quadro 3.2.1 – Prisões e apreensões realizadas pela SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN no ano de 2013.

Atividades operacionais		
Itens	Medição	Fonte da Informação
Inquéritos instaurados (un)	2.467	SISCART
Inquéritos relatados (un)	1.902	SISCART
Operações Especiais de Polícia Judiciária (un)	11	DRCOR/SR/DPF/RN
Perícias realizadas (un)	533	SETEC/SR/RN
Prisões efetuadas (un)	97	SISCART
Indiciamentos (un)	464	SISCART
Veículos apreendidos	26	SISCART
Cocaína (kg)	16,70	DRE/SR/DPF/RN
Maconha (kg)	997,20	DRE/SR/DPF/RN
Armas apreendidas (un)	109	SISCART
Atividades não operacionais		
Itens	Medição	Fonte da Informação
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	5.227	GID/SR/DPF/RN
Quantidade de Identificações realizadas	2.686	GID/SR/DPF/RN
Quantidade de passaportes emitidos	18.749	DELEMIG/SR/DPF/RN
Estrangeiro notificado a deixar o país	308	DELEMIG/SR/DPF/RN
1ª via de carteira de estrangeiro emitida	1323	DELEMIG/SR/DPF/RN
2ª via de carteira de estrangeiro emitida	29	DELEMIG/SR/DPF/RN
Pedido de permanência	269	DELEMIG/SR/DPF/RN

Pedido de naturalização	12	DELEMIG/SR/DPF/RN
Certificados de formação de vigilantes registrados	2026	DELESP/SR/DPF/RN
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	53	DELESP/SR/DPF/RN
Quantidade de agências bancárias fiscalizadas	266	DELESP/SR/DPF/RN
Quantidade empresas de vigilâncias fiscalizadas	43	DELESP/SR/DPF/RN
Quantidade de cadastros de empresas de produtos químicos	21	DELEAQ/SR/DPF/RN
Quantidade de emissão de renovação de licença de funcionamento (empresas produtos químicos).	79	DELEAQ/SR/DPF/RN
Registros de armas emitidos.	1.756	DELEAQ/SR/DPF/RN
Portes de arma deferidos	04	DELEAQ/SR/DPF/RN
Portes de arma indeferidos	30	DELEAQ/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.2 – Operações policiais do DPF no estado do RN no ano de 2013

	OPERAÇÃO	DELEGACIA RESPONSÁVEL	OBJETIVO
1	Matrix	DRE	Desarticular organização criminosa voltada para a prática do crime de tráfico internacional de drogas
2	Pé de Serra	DRE	Desarticular organização criminosa voltada para a prática do crime de tráfico interestadual de drogas
3	Carta Resposta	DELEPAT	Desarticular quadrilha que atuava no roubo a agências de correios no Estado
4		DELEPAT	Roubo dos Correios
5	Salt	DELEFIN	Desarticular quadrilha voltada à prática de crimes de sonegação fiscal.
6	Forró	DELEFIN	Desarticular quadrilha voltada à prática de crimes de contrabando e corrupção.
7	Absconso	DELEFIN	Desarticular quadrilha voltada à prática do crime de evasão de divisas.
8	-	GRCC	Cumprimento de Mandados de Busca sobre pedofilia
9	-	GRCC	Cumprimento de Mandados de Busca sobre pedofilia
10	-	GRCC	Cumprimento de Mandados de Busca sobre pedofilia
11	Hecatombe	DRCOR	Desarticular quadrilha que atuava como grupo de extermínio no Estado, composta principalmente por Policiais Militares

Registre-se que outras operações foram realizadas, entretanto não foram especificadas por nome ou não podem ser divulgadas por ainda estarem em andamento.

Visando melhor detalhamento, a seguir apresentaremos as atividades desenvolvidas pelas Delegacias e Setores desta Regional.

a) NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL – NIP/SR/DPF/RN

No decorrer do ano de 2013, o Núcleo de Inteligência Policial da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Norte prestou contínuo suporte e acompanhamento em diversas operações de inteligência policial desenvolvidas no âmbito desta Superintendência, realizando diligências para subsidiar os trabalhos de Polícia Judiciária e de Polícia Administrativa. Ademais, atuou no controle da utilização de suprimentos de fundos de caráter sigiloso; em investigações sociais e de segurança, não apenas demandadas pelo Departamento de Polícia Federal, mas, também, por outros órgãos parceiros; em acompanhamentos e coletas de dados durante várias manifestações populares ocorridas nesta cidade, promovidas por movimentos sociais e estudantis; na coordenação do Centro Regional de Inteligência de Sinais e de suas bases remotas temporárias; e, por fim, deu cumprimento a inúmeras demandas da Corregedoria Regional, Delegacia Regional Executiva, Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado e do Gabinete do Superintendente, além de órgãos externos, tudo com a formalização em documentos de inteligência e/ou mediante a elaboração de Informações, conforme o caso.

Em meados do ano de 2013 (mês de julho), ocorreu a troca da chefia do Núcleo de Inteligência Policial, assumida pelo DPF MÁRCIO TENÓRIO WANDERLEY. A partir da posse do novo titular, a unidade passou a adotar uma postura mais voltada ao assessoramento da Administração Regional (inteligência estratégica), aproximando-se mais de suas reais atribuições, previstas em diversos normativos internos e legislação pertinente ao desempenho da atividade de inteligência policial. Em razão do elevado número de demandas externas encontradas pela nova chefia, estranhas às atribuições do Órgão de Inteligência, foi elaborado um planejamento interno para dar cumprimento às mesmas, desafogando o setor e preparando-o para o desenvolvimento de suas atribuições. As medidas implementadas foram rigorosamente seguidas pelos servidores do quadro e, ao final do ano de 2013, aproximadamente 88% (oitenta e oito por cento) das metas traçadas já haviam sido alcançadas. Finalizada esta etapa, há previsão de que a unidade passe a atuar também na área operacional, desenvolvendo operações de inteligência policial, conforme estabelecido durante reunião com o dirigente regional da Superintendência e o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado.

Por fim, no ano de 2013, o Núcleo de Inteligência Policial da Superintendência Regional no Rio Grande do Norte procurou cumprir uma das principais missões do Órgão de Inteligência, conforme diretriz da Diretoria de Inteligência Policial, que consiste em prover o Superintendente de informações aptas a serem observadas nos processos decisórios de gestão policial, através de constante postura proativa e de caráter preventivo no assessoramento em nível estratégico, identificando oportunidades de atuação desta Superintendência.

Quadro 3.2.3 – Atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência da SR/RN no ano de 2013

ATIVIDADES DO NIP- ANO DE 2013	2013
Documentos providenciados e arquivados no SISPOL	483
Documento para despacho no SISPOL	09
Documento em processamento no SISPOL	38
Reativação de senha junto ao SEPRO	141
Suprimento de fundos de caráter sigiloso - VS	10
Documentos inseridos no SISDOC - 1	17
Operações policiais no Centro Regional de Inteligência de Sinais	18
Ativação e reativação de senhas no INFOSEG	230

b) CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA – COR/SR/DPF/RN

Preliminarmente, é digno de registro que a Corregedoria Regional atua em duas diferentes frentes de trabalho, sendo uma correicional e outra disciplinar, além do controle e registro das cartas precatórias, processos especiais, notícias-crime e das requisições para a instauração de inquéritos policiais, controle e apresentação de servidores em audiências judiciais, atendimento a demandas do Poder Judiciário e do Ministério Público, etc.

Em termos correicionais, pautados eminentemente nas correições ordinárias e parciais, busca-se excelência na produção de provas, com o menor dispêndio de esforços, recursos humanos e materiais, supressão de gargalos e limitações de toda ordem, almejando qualidade e eficiência na instrução probatória. Aliás, é notório que a melhoria nos índices de desempenho reflete diretamente na diminuição ou controle do passivo existente, viabilizando a iniciativa de ações relacionadas ao exercício das atribuições afetas ao órgão, além de influenciar a autoestima do grupo, que deixa de atuar apenas em atendimento às demandas externas, permitindo o planejamento e a execução de metas próprias.

Com relação ao índice de desempenho em Polícia Judiciária, definido pela COGER/DPF como sendo a razão entre o número dos inquéritos policiais relatados e instaurados, convém observar que a produção total das duas unidades operacionais do Estado (SR/DPF/RN e

DPF/MOS/RN) elevou o índice de 63% (sessenta e três por cento) atingido em 2012 para 77%, (setenta e sete por cento) em 2013, demonstrando um aumento significativo de desempenho no último ano. Frise-se que o índice almejado pela COGER de 120% foi alcançado por apenas uma das vinte e sete descentralizadas da Polícia Federal. Os números absolutos são ainda mais expressivos, conforme demonstra os dados representados no quadro 3.3.7 abaixo, o qual apresenta a soma do desempenho em produtividade da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN nos anos de 2012 e 2013.

Merece destacar, mais uma vez, que a despeito desta Corregedoria Regional contar com efetivo mínimo para o regular exercício de todas as atribuições definidas na IN 13/2005-DG/DPF, a unidade tem mantido o registro e o acompanhamento dos procedimentos de natureza disciplinar, atualmente regidos pela IN 76/2013-DG/DPF, cujo controle interno e externo pode ser feito através dos sistemas denominados SAD/COGER e CGU/PAD, sendo este último em consonância com os preceitos da Portaria 1043/2007-CGU.

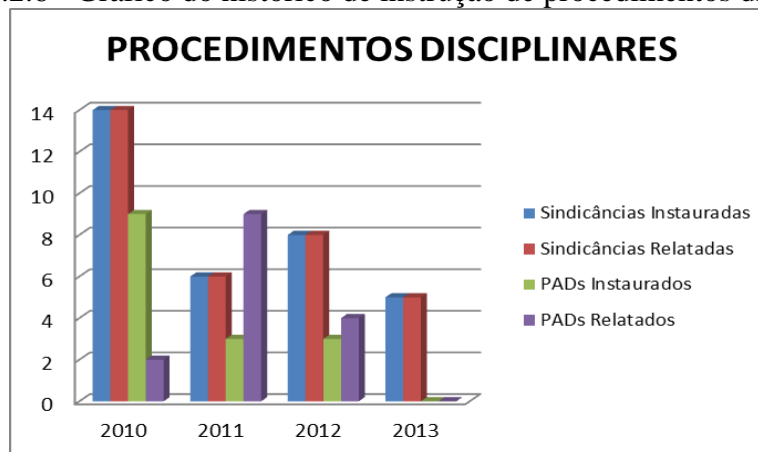
Quadro 3.2.4 – Atividades da COR/SR/DPF/RN no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADES
Notícias Crimes	1076
Precatórias Autuadas	265
Precatórias Cumpridas	247
Sindicâncias Instauradas	05
Sindicâncias Relatadas	05
PADs Instaurados	00
PADs Relatados	00

Quadro 3.2.5 – Histórico de instrução de procedimentos disciplinares

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
Sindicâncias Instauradas	14	06	08	05
Sindicâncias Relatadas	14	06	08	05
PADs Instaurados	09	03	03	00
PADs Relatados	02	09	04	00

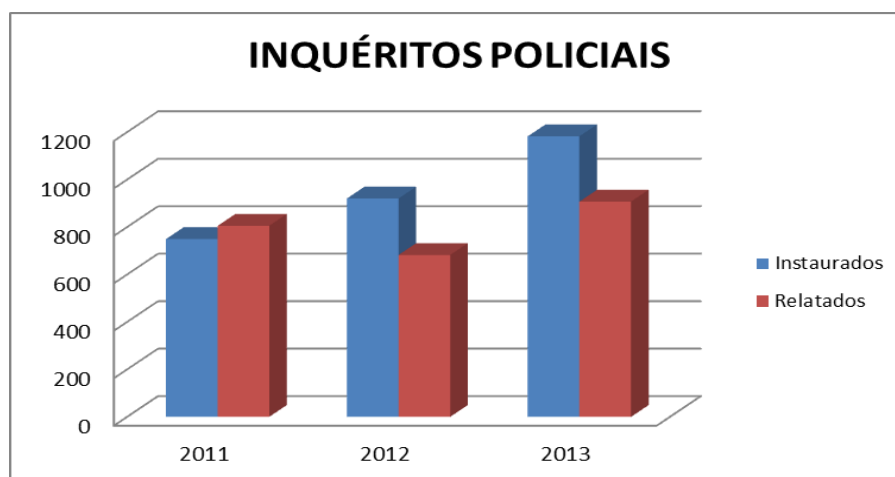
Quadro 3.2.6 - Gráfico do histórico de instrução de procedimentos disciplinares



Quadro 3.2.7 – Quadro comparativo de Desempenho em Polícia Judiciária no Estado (SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

Procedimentos/Expedientes	2012	2013
Notícias-Crime registradas	1704	2345
Inquéritos Policiais em Andamento (31/12)	2011	2510
Inquéritos Policiais Instaurados	1631	2467
Inquéritos Policiais Relatados	1029	1902
Relação IPLs Relatados/Instaurados	63%	77%
Cartas Precatórias Registradas	234	313
Cartas Precatórias Cumpridas	242	288

Quadro 3.2.8 – Gráfico do histórico de instrução de inquéritos policiais



c) SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO – SETEC/SR/DPF/RN

Dentre os indicadores de produção de polícia judiciária, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados - o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC), conforme Quadro abaixo:

Quadro 3.2.9 – Laudos emitidos pelo SETEC/SR/DPF/RN no ano de 2013.

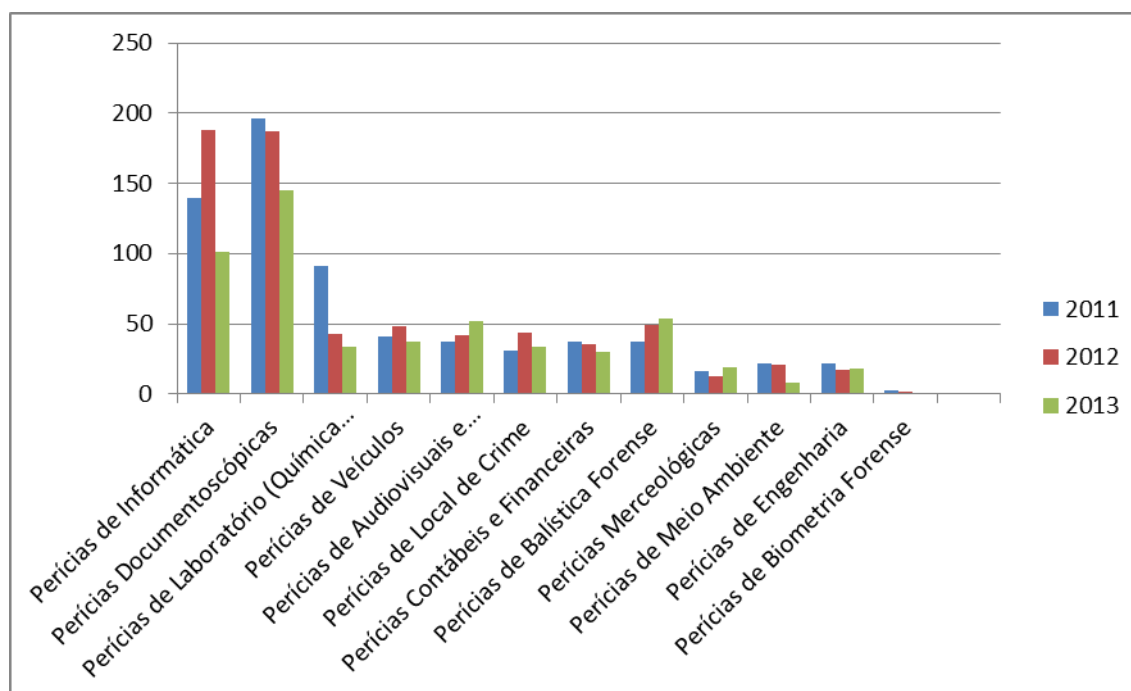
ÁREA DE EXAME	TOTAL
Perícias de Informática	101
Perícias Documentoscópicas	145
Perícias de Química Forense	34
Perícias de Veículos	37
Perícias de Reg. de Áudio Imagens e Eletroeletrônicos	52
Perícias de Local de Crime	34
Perícias Contábeis e Financeiras	30
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	54
Perícias Merceológicas	19

Perícias de Meio Ambiente	08
Perícias de Engenharia	18
Perícias de Biometria Forense	01
TOTAL GERAL	533

Quadro 3.2.10 – Histórico das atividades de perícia.

TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Perícias de Informática	140	188	101
Perícias Documentoscópicas	196	187	145
Perícias de Laboratório (Química Forense)	91	43	34
Perícias de Veículos	41	48	37
Perícias de Audiovisuais e Eletroeletrônicos	37	42	52
Perícias de Local de Crime	31	44	34
Perícias Contábeis e Financeiras	37	35	30
Perícias de Balística Forense	37	49	54
Perícias Merceológicas	16	13	19
Perícias de Meio Ambiente	22	21	08
Perícias de Engenharia	22	17	18
Perícias de Biometria Forense	03	02	01
TOTAL	673	689	533

Quadro 3.2.11 – Gráfico do histórico das atividades de perícia.



d) DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES – DRE/DRCOR/SR/DPF/RN

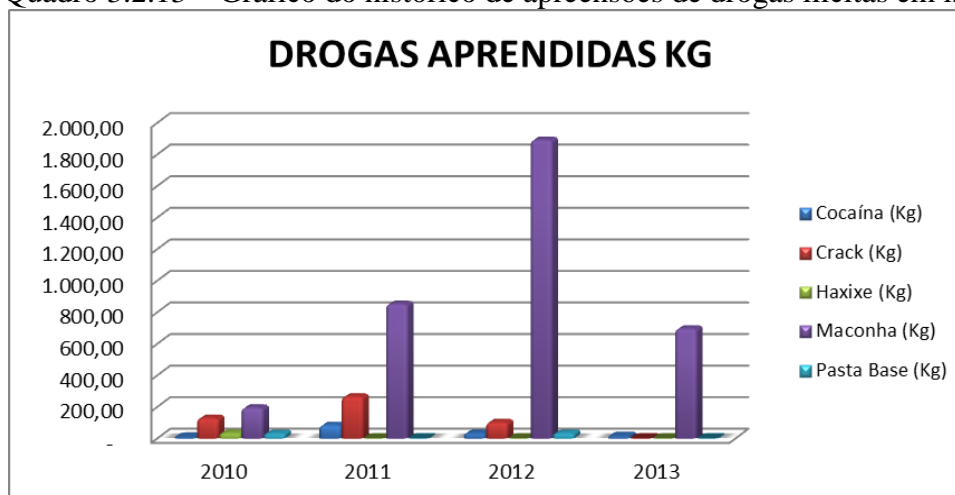
A queda nos índices de apreensão pode ser explicada por diversos motivos. As drogas tipo “haxixe” e “pasta base” foram substituídas por seus similares, “maconha” e “crack”, respectivamente, cuja produção e transporte são mais baratos.

Por outro lado, como as apreensões de “cocaína” ocorrem, de regra, no aeroporto internacional Augusto Severo, o seu aumento depende de um maior investimento em recursos humanos e tecnológicos.

Quadro 3.2.12 – Histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg

ENTORPECENTES	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
Cocaína (kg)	7,84	84,76	32,40	15,20
Crack (kg)	129,84	265,30	103,80	0
Haxixe (kg)	34,39	0	0	0
Maconha (kg)	195,13	851,73	1891,50	696,20
Pasta Base (kg)	30,70	0	32,20	0

Quadro 3.2.13 – Gráfico do histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg



Quadro 3.2.14 - Atividades de Polícia Judiciária da DRE no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados Portaria	09
IPLs Flagrante	07
IPLs relatados	16
TCO's instaurados	02
TCO's relatados	02
REs instaurados	01
REs relatados	00

Quadro 3.2.15 – Operações desencadeadas pela DRE no ano de 2013

	OPERAÇÃO	DELEGACIA RESPONSÁVEL	OBJETIVO
1	Matrix	DRE	Desarticular organização criminosa voltada para a prática do crime de tráfico internacional de drogas
2	Pé de Serra	DRE	Desarticular organização criminosa voltada para a prática do crime de tráfico interestadual de drogas

Obs: a operação Pé-de-Serra foi, e ainda está sendo desenvolvida em conjunto com a DELEPAT/RN.

e) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS – DELEFAZ/DRCOR/SR/DPF/RN.

No ano de 2013 a DELEFAZ desempenhou diversas atividades de apoio às Delegacias desta SR/DPF/RN, tais como: DRE, DREX, DELESP, DELEPAT e DELINST (diligências para instrução de IPL's – crimes eleitorais);

Prestou segurança pessoal ao Juiz Corregedor – Inspeção Penitenciária em Mossoró/RN;

Atendeu requisição de apoio aos grandes eventos realizados no Ceará e Rio de Janeiro, respectivamente – “Copa das Confederações” e “Jornada Mundial da Juventude”;

Deu prosseguimento na análise da documentação, referente à “OPERAÇÃO HEFESTO”, desencadeada no final do ano de 2011, apoiando à DPF/MOS/RN;

Cumpriu diversas diligências visando instruir inquéritos em curso nesta especializada, mediante a expedição de aproximadamente 79 OMP's;

Quadro 3.2.16 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFAZ no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	377
IPLs Flagrante	29
IPLs relatados	362
TCO's instaurados	06
TCO's relatados	06
REs instaurados	08
REs relatados	01

f) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DELEMAPH/DRCOR/SR/DPF/RN

As atividades da DELEMAPH no ano de 2013 voltaram-se para a instrução dos apuratórios em curso de delitos ambientais, devido ao crescente número de procedimentos; porém, várias ações de apoio ao IBAMA/RN foram realizadas pela SR/RN.

Quanto à execução do Projeto Carbono Neutro, no decorrer do ano de 2013, em cumprimento ao termo de compromisso firmado entre a SR/RN e a SEMURB/Prefeitura de Natal, foram plantadas 940 mudas de árvores nativas da região, em número superior as 765 mudas previstas, pois o insumo fornecido permitiu um número maior que o número de mudas.

O combate aos crimes contra o meio-ambiente e patrimônio histórico, competência da DELEMAPH, pode ser resumido no Quadro a seguir:

Quadro 3.2.17 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEMAPH no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs Inst. portaria	49
IPLS Inst. flagrante	01
IPLs relatados	69
RE's instaurados	00
RE's relatados	00
TCO's instaurados	03
TCO's relato	03
Projeto Carbono Neutro	940

g) DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES PREVIDENCIÁRIOS – DELEPREV/DRCOR/SR/DPF/RN

Retroagindo a análise no que tange a quantidade de inquéritos policiais desde o final de 2008, encaminhada no relatório anterior, verificamos que havia 66 inquéritos de natureza previdenciária na SR/DPF/RN, saltando para 115 no final de 2009 e alcançando 200 inquéritos em andamento em 2010. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 175 inquéritos abertos, ou seja, entre 2008 e 2011 triplicou-se a carga de trabalho, não obstante a manutenção de dois delegados lotados na delegacia. Tais procedimentos demandaram a oitiva de muitas pessoas, expedindo-se 574 intimações, o que saturou a pauta cartorária desta especializada. Constatamos que o número de inquéritos previdenciários evoluiu ao final de 2012 para 229 feitos e, como foram relatados 60 procedimentos, restaram em andamento 169 procedimentos. Desta forma, com o implemento de mais diligências, audiências e enfrentamento às dificuldades, os procedimentos em andamento se manteve um pouco abaixo do ano de 2011.

Atualizando, constatamos que o número de inquéritos previdenciários teve um levíssimo declínio ao final de 2013 para 228 feitos e, como foram relatados 93 procedimentos, restaram em andamento 135 procedimentos. Desta forma, com o implemento de mais diligências, audiências e enfrentamento às dificuldades, os procedimentos em andamento se manteve um pouco abaixo do ano de 2012. A alta demanda dificulta a finalização dos trabalhos pendentes, haja vista a dificuldade para se despachar nos autos.

No que tange às tipificações dos inquéritos instaurados, manteve-se a prevalência do crime de estelionato qualificado (art. 171, parágrafo 3º), com substancial elevação, 208 inquéritos, no total, o que vem se repetindo ao longo dos anos. Inseridos neste tipo penal, por vezes, são encontrados o uso de documentos públicos ideológica ou materialmente falsos e outros tipos executados como meio para perpetração do estelionato.

Quadro 3.2.18 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPREV no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	225
IPLs Flagrante	03
IPLs relatados	93
TCO's instaurados	04
TCO's relatados	04
REs instaurados	01
REs relatados	00

h) DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – DELINST/DRCOR/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.19 - Atividades de Polícia Judiciária da DELINST no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	310
IPLs Flagrante	02
IPLs relatados	236
TCO's instaurados	01
TCO's relatados	01
REs instaurados	02
REs relatados	00

i) DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES FINANCEIROS – DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.20 – Operações desencadeadas pela DELEFIN no ano de 2013

DRE	OPERAÇÃO	DELEGACIA RESPONSÁVEL	OBJETIVO
1	Salt	DELEFIN	Desarticular quadrilha voltada à prática de crimes de sonegação fiscal.
2	Forró	DELEFIN	Desarticular quadrilha voltada à prática de crimes de contrabando e corrupção.
3	Absconso	DELEFIN	Desarticular quadrilha voltada à prática do crime de evasão de divisas.

Quadro 3.2.21 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFIN no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	53
IPLs Flagrante	02
IPLs relatados	25

TIPO	QUANTIDADE
TCO's instaurados	00
TCO's relatados	00
REs instaurados	00
REs relatados	00

j) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E TRAFICO DE ARMAS – DELEPAT/DRCOR/SR/DPF/RN

Durante o ano de 2013 o número de roubos às agências dos correios no estado se manteve praticamente estável em relação ao ano anterior, com pequeno decréscimo de 7% no número de ocorrências. Porém tal número ainda é muito elevado (123 ocorrências), fazendo com que grande parte dos escassos recursos da DELEPAT sejam empregados no atendimento de tais ocorrências.

A falta de itens de segurança nas agências dos Correios (banco postal), somada aos elevados valores mantidos em caixa desde que foi celebrado o contrato com o Banco do Brasil têm servido de atrativo a diversos criminosos para a perpetração de roubos contra a ECT.

Os alvos preferenciais dos criminosos têm sido as agências localizadas em pequenos municípios, cujo policiamento é precário.

A diminuição do efetivo da Delegacia e a designação dos policiais nela lotados para cumprimento de missões permanentes em outros Estados também representaram grandes empecilhos à repressão eficaz de tais crimes.

Quadro 3.2.22 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPAT no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	97
IPLs Flagrante	06
IPLs relatados	94
TCO's instaurados	02
TCO's relatados	02
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.2.23 – Operações desencadeadas pela DELEPAT no ano de 2013

	OPERAÇÃO	DELEGACIA RESPONSÁVEL	OBJETIVO
1	Carta Resposta	DELEPAT	Desarticular quadrilha que atuava no roubo a agências de correios no Estado
2		DELEPAT	Roubo dos Correios

k) GRUPO DE REPRESSÃO A CRIMES CIBERNÉTICOS – GRCC/DRCOR/SR/DPF/RN

Por meio da Portaria nº 003/2012-GAB/SR/DPF/RN, foi criado nesta Superintendência Regional o Grupo de Repressão aos Crimes Cibernéticos – GRCC. A criação oficial desse Grupo permitiu a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado brasileiro.

O GRCC subordina-se hierarquicamente à DRCOR e técnica e normativamente ao Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos – SRCC, da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado.

Haja vista a remoção recente e recente designação para coordenar o grupo do GRCC, não foram desenvolvidas até o momento novas operações. Foram instaurados 08 (oito) Inquéritos Policiais para apurar crimes cibernéticos no ano de 2013 e cumpridos 03(três) mandados de buscas e apreensão sobre pedofilia.

l) DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS - DELEAQ/DREX/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.24 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEAQ no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	06
IPLs Flagrante	04
IPLs relatados	09
TCO's instaurados	00
TCO's relatados	00
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.2.25 - Atividades da DELEAQ no ano de 2013

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Armas arrecadadas na campanha do desarmamento	108
Portes emitidos/deferidos (particulares)	04
Portes emitidos/deferidos (funcionais)	180
Portes indeferidos	30
Registros emitidos	1756
Cadastramento de armas	382
Armas furtadas	163
Armas perdidas	121
Armas transferidas	66
Apreensões de armas (no Estado RN pela PF e PC)	419

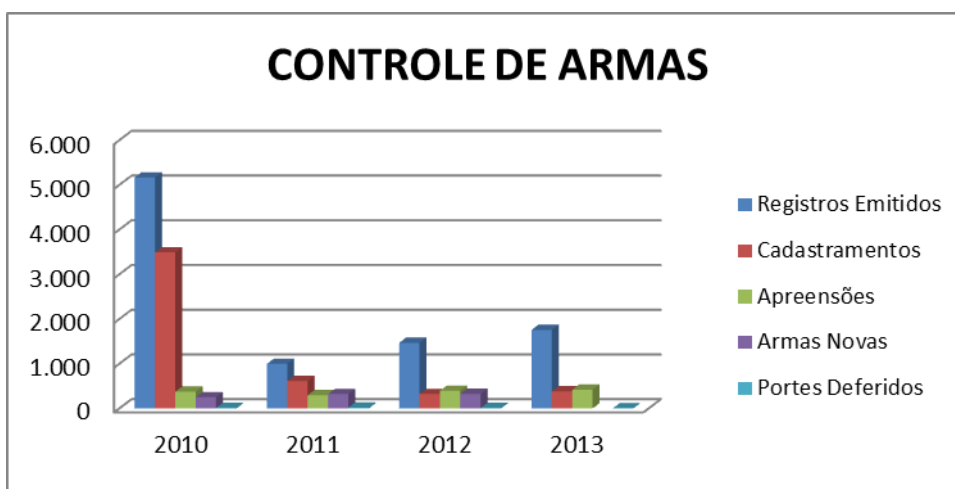
Fonte: DELEAQ/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.26 - Histórico das principais atividades de controle de armas

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
Registros Emitidos	5.162	997	1.467	1.756
Cadastramentos	3.488	611	323	382
Apreensões	374	295	394	419
Portes Deferidos	09	18	10	04

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

Quadro 3.2.27 – Gráfico das principais atividades de controle de armas



Quadro 3.2.28 – Atividades de controle e fiscalização de produtos e insumos químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Emissão de registro cadastral	17
Emissão de renovação de licença de funcionamento	68
Cancelamento de certificado	00
Comunicado de alteração cadastral	13
Mapa de controle de produto químico	17
Entrega de certificados emissão de licença	48
Entrega de certificados renovação de licença	81
Restituição de GRU	07
Atendimentos ao usuário	748
Resolução de pendências	02

m) DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG/DREX/SR/DPF/RN

Observa-se um aumento em várias atividades da delegacia, o que exigirá uma reestruturação de pessoal para que se possa atender a demanda a contento, principalmente por termos a realização de dois eventos de grande monta neste ano, no caso, a Copa do Mundo e as eleições, que naturalmente impactará a prestação dos serviços.

Quadro 3.2.29 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEMIG no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	00
IPLs Flagrante	02
IPLs relatados	03
TCO's instaurados	00
TCO's relatados	00
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.2.30 - Atividades da DELEMIG no ano de 2013

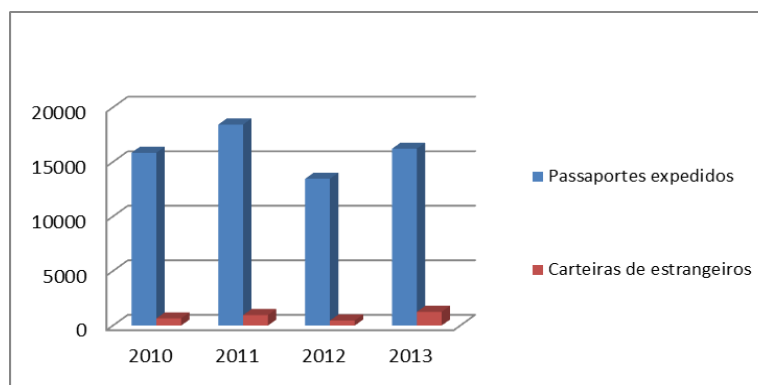
POLÍCIA JUDICIÁRIA/ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE
IPL instaurado para expulsão	03
Estrangeiro preso para extradição	00
Estrangeiro preso para expulsão	00
Estrangeiro preso para repatriação	00
Oitivas	110
Pedido de refúgio/ACNUR	05
NRE - NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS	QUANTIDADE
Atualização de endereço	81
Cancelamento de registro por perda de permanência	00
Certidões emitidas	517
Entrega de carteiras	2250
Esclarecimentos/orientações	9800
Estrangeiro autuado	350
Estrangeiro notificado a deixar o país	308
1ª via de carteira de estrangeiro emitida	1258
2ª via de carteira de estrangeiro emitida	20
Pedido de asilo político	00
Pedido de igualdade de direito	11
Pedido de permanência	252
Pedido de naturalização	09
Pedido de reconsideração de despacho	04
Pedido de republicação de despacho	22
Pedido de revogação de cancelamento de registro	00
Prorrogação de estada de turista	178
Prorrogação de prazo de estada temporário	97
Registro de estrangeiro	1258
Restabelecimento de registro	53
Recadastramento extemporâneo	00
Substituição de carteira	310
Transformação de visto	58

NPA - NÚCLEO DE PASSAPORTE	QUANTIDADE
Passaporte ICAO expedido	16.087
Passaporte não ICAO expedido	118
Pedido de devolução de taxa	21
NFTI - AEROPORTO	QUANTIDADE
Autorização de viagem para menores recolhidas	1114
Viagem de menores	4106
Bagagens vistoriadas	120
Embarque de passageiros armados	2014
Despacho de arma de fogo	393
Empresa transporte internacional aéreo autuada	03
Entrada de brasileiro	18172
Entrada de estrangeiro	31247
Entrada e saída de aeronave em voo internacional	775
Impedimento de embarque	07
Impedimento de desembarque	06
Pessoas inadmitidas	01
Saída de brasileiro	18302
Saída de estrangeiro	32763
NO - NÚCLEO DE OPERAÇÕES	QUANTIDADE
Autuações	07
Denúncias apuradas	02
Diligências/intimações de IPL	426
Embarcação fiscalizada com FUNAPOL	93
Embarcação fiscalizada sem FUNAPOL	123
Expulsão efetivada	01
Extradição efetivada	--
Sindicância expulsão	--
Sindicância/permanência	213
Sindicância/naturalização	02
Translado de cadáver	07

Quadro 3.2.31 – Histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
Passaportes expedidos	15.839	18.425	13.453	16.205
Carteiras de estrangeiros	654	962	460	1.258

Quadro 3.2.32 – Gráfico do histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros



n) DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA – DELESP/DREX/SR/DPF/RN

Foram vistoriados, fiscalizados e notificados os estabelecimentos financeiros, sediados nesta Capital e no interior do Estado, a partir de seus respectivos Planos de Segurança enviados a esta Delegacia. Estes procedimentos visaram constatar se as dependências dos respectivos estabelecimentos financeiros eram dotadas de esquema estratégico de segurança preventiva adequada às peculiaridades dos usuários, capazes de garantir a incolumidade de funcionários e clientes, bem como a proteção do patrimônio. Visaram, também, verificar se os Planos de Segurança estabelecem a necessidade, a quantidade e o posicionamento de equipamentos de segurança, bem como de vigilância armada que deverá ser habilitada e treinada para inibir ações delituosas, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 7.102/83, de 20/06/83, Decreto nº 89.056/83, de 24/11/83, Portaria nº 3.233/12, de 10/12/12 e demais normas em vigor.

Foram realizadas: fiscalizações, vistorias, inspeções, notificações, pareceres, auto de constatação de infração, registro de diplomas de vigilantes (Formação, Extensão e Reciclagem), confecção de Carteiras Nacional de Vigilantes, relatórios das empresas especializadas em vigilância privada, em transporte de valores, em escolas de formação, empresas orgânicas de vigilância, instituições financeiras e em empresas clandestinas.

As empresas de Segurança Privada foram fiscalizadas, com o objetivo de constatar se dispõem de recursos humanos e financeiros e se as suas instalações são adequadas às suas atividades, tudo em conformidade com a Portaria nº 3.233/12-DG/DPF, de 10/12/12 e demais legislações.

Em relação às empresas clandestinas, esta Delegacia vem desenvolvendo um trabalho incessante no sentido de coibir a atuação dessas atividades ilegais, encontrando como maior obstáculo o seu pequeno efetivo, já que a fiscalização/vistoria das instituições financeiras e de empresas regulares absorve a quase totalidade dos recursos disponíveis (humanos e materiais). Todavia, foram realizadas vinte diligências constatando-se seis casos de segurança privada clandestina que redundaram em auto de encerramento das atividades.

Quadro 3.2.33 - Atividades de Polícia Judiciária da DELESP no ano de 2013

DADOS ESTATÍSTICOS		
Municípios atendidos pela delegacia		107
Efetivo da delegacia		06
Agências bancárias		137
Postos de atendimento bancário		28
Carros fortes		56
Armas ativas		2268
Empresas de segurança e vigilância patrimonial		24
Empresas de transporte de valores e vigilância patrimonial		03
Empresas de segurança orgânica		15
Cursos de formação de vigilantes		03
TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:		
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	Segurança e vigilância patrimonial	04
	Empresa orgânica	---
	Transporte de valores	---
	Curso de formação de vigilantes	---

ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	Escolta armada	---
	Segurança pessoal privada	---
	Razão social	---
	Mudança de objeto social	01
	Mudança de endereço	06
	Mudança de modelo de uniforme	02
	Mudança de Capital	01
	Mudança de sócio	07
	Revisão autorização funcionamento empresa privada	24
	Revisão autorização funcionamento escola vigilante	03
OUTROS PROCEDIMENTOS	Revisão autorização serviço orgânico de segurança	15
	Renovação de certificado de segurança	32
	Renovação de certificado de vistoria	46
	Autorização para compra de armas e munições	42
	Autorização para compra de coletes a prova de balas	20
	Certificado de segurança	32
	Certificado de vistoria	46
	Autos de constatação e notificação de infração	73
	Cancelamento/encerramento de atividades	---
	Encerramento de empresa irregular	02
Comunicação de incidentes com armas	61	
OUTRAS ATIVIDADES:		
Vistoria das instalações de empresa de vigilância e orgânica	40	
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	46	
Vistoria de agências bancárias e PAB'S	217	
Expedição de alvará de func. de empresa de vigilância e orgânica e escola	06	
Notificação empresa de segurança privada	235	
Carteiras de vigilantes requeridas	2188	
Certificados de formação de vigilantes registrados	1965	
Certificados de reciclagem de vigilantes registrados	3417	
Guias de transferência e/ou transporte de armas emitidas	279	
Consultas / informações prestadas sobre segurança privada	340	
Ordem de missão	---	
Armas /munições arrecadadas	46A/120M	
Relatório de missão	---	

ARRECADAÇÃO:	
TOTAL DE GAR-FUNAPOL ARRECADADO:	R\$ 405.551,89
TOTAL DE MULTAS PAGAS:	R\$ 273.242,74
TOTAL GERAL	R\$ 678.794,63

Quadro 3.2.34 - Histórico das atividades da DELESP

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
Carteiras de vigilantes expedidas	2.216	2517	1815	2188
Certificados de segurança expedidos	24	28	27	32
Certificados de vistoria expedidos	44	52	49	46
Vistorias realizadas	275	330	295	303
Autos de constatação e notificação de infração (ACIN)	88	60	56	73

Quadro 3.2.35 – Gráfico do histórico das atividades da DELESP no ano de 2013



o) GRUPO DE IDENTIFICAÇÃO – GID/DREX/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.36 - Atividades do GID no ano de 2013

ATIVIDADES	TOTAL
SINIC	
Inclusão de PIC	2.420
Inclusão de BDI	1.218
Inclusão de BDJ	1.108
Emissão de FANTE	1848
Ofício Justiça / Consultas	28782
IDENTIFICAÇÃO	
Criminal	52
Estrangeiro	1906
Vigilantes (CNV)	640
Funcional	0
Emissão/Substit. Doc. Funcionais	23
SETOR PERICIAL	
Laudos Papioscópicos	22
Informação Técnica	70
Retrato Falado	02

Quadro 3.2.37 – Utilização do Sistema AFIS pelo GID/SR/DPF/RN – Número de lançamentos, validações e hits em validações.

Operação	Pesquisa	Mês												Total
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Lançamentos	TP/TP	951	1.087	1.600	1.266	1.575	1.483	1.508	1.666	1.346	1.481	297	1.786	16.046
	TP/UL	105	131	174	92	132	163	141	265	229	200	49	178	1.859
	LT/TP	1	2	6	13	17	11	48	6	4	8	2	-	118
	LT/UL	-	-	-	-	6	-	-	1	3	-	-	-	10
	Subtotal	1.057	1.220	1.780	1.371	1.730	1.657	1.697	1.938	1.582	1.689	348	1.964	18.033
Validações	TP/TP	947	1.092	1.599	1.224	1.583	1.489	1.492	1.677	1.346	1.486	297	1.781	16.013
	TP/UL	91	144	178	89	116	180	94	296	207	193	4	121	1.713
	LT/TP	-	10	3	7	21	1	60	6	5	7	3	-	123
	LT/UL	-	-	-	-	6	-	-	-	3	-	-	-	9
	Subtotal	1.038	1.246	1.780	1.320	1.726	1.670	1.646	1.979	1.561	1.686	304	1.902	17.858
Hit's em validações	TP/TP	49	49	43	48	66	72	48	104	80	74	21	130	784
	TP/UL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LT/TP	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2
	LT/UL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	49	49	43	48	67	72	48	105	80	74	21	130	786

Fonte: Administração AFIS

Quadro 3.2.38 – Número de inserções de registros realizados pelo GID/SR/DPF/RN, segundo o tipo de registro, no período de 2011 a 2013.

Mês e Ano		Tipo de Registro					Total	
		RIC - Civil	Criminal	Estrangeiro	Geral/Interpol	Padrão de Exclusão		
2011	Janeiro	303	-	2	1	-	306	
	Fevereiro	356	-	-	3	-	359	
	Março	169	8	-	2	2	181	
	Abril	219	2	-	1	-	222	
	Maio	222	13	1	7	-	243	
	Junho	204	6	1	5	-	216	
	Julho	171	3	-	-	-	174	
	Agosto	242	4	-	1	-	247	
	Setembro	133	5	-	1	-	139	
	Outubro	149	2	-	2	-	153	
	Novembro	138	3	-	2	-	143	
	Dezembro	37	12	-	4	-	53	
	Subtotal		2.343	58	4	29	2	2.436
	2012	Janeiro	93	6	-	1	-	100
Fevereiro		167	9	2	4	-	182	
Março		277	9	-	8	-	294	
Abril		584	1	-	3	-	588	
Maio		2.990	9	1	1	-	3.001	
Junho		1.311	3	-	9	-	1.323	
Julho		1.096	3	67	7	-	1.173	
Agosto		623	5	51	-	-	679	
Setembro		520	3	73	-	-	596	
Outubro		1.386	12	215	6	-	1.619	
Novembro		1.280	2	146	-	-	1.428	
Dezembro		1.120	5	126	2	2	1.255	
Subtotal		11.447	67	681	41	2	12.238	
2013		Janeiro	814	4	104	14	-	936
	Fevereiro	1.079	3	102	6	-	1.190	
	Março	1.427	5	161	2	-	1.595	
	Abril	1.610	8	113	5	-	1.736	
	Maio	1.513	10	110	1	-	1.634	
	Junho	1.208	5	89	3	-	1.305	
	Julho	1.169	4	117	5	-	1.295	
	Agosto	1.134	7	180	1	1	1.323	
	Setembro	1.139	2	158	5	-	1.304	
	Outubro	1.150	6	156	-	-	1.312	
	Novembro	210	-	41	-	-	251	
	Dezembro	1.382	9	113	3	-	1.507	
	Subtotal		13.835	63	1.444	45	1	15.388
	Total		27.625	188	2.129	115	5	30.062

Fonte: Administração AFIS

GLOSSÁRIO

AFIS – Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais: Sistema informatizado de identificação biométrica, tendo como objeto de trabalho as impressões papilares (digitais e palmares). Faz comparações e armazena as imagens em bancos de dados digitais.

HIT: Nomenclatura usada no sistema AFIS para a constatação técnica que as impressões digitais foram produzidas pela mesma pessoa. É feita pela comparação visual, pelo papiloscopista, da impressão digital apresentada a pesquisa com impressões digitais selecionadas pelo sistema AFIS, denominadas “candidatas”. Estas são selecionadas após pesquisa, pelo sistema, em seus bancos de dados de decadatilares e de latentes, por terem coincidência de maior número de pontos característicos.

HITS EM VALIDAÇÕES: são intervenções de papiloscopistas que, ao realizarem as comparações entre as impressões digitais padrão e questionada no sistema AFIS, confirmaram ser originadas da mesma pessoa.

LANÇAMENTOS: são os processos de escaneamento de fichas ou de aquisição em massa no sistema AFIS. São contabilizados: o Hit e o No-Hit Manuais e o No-Hit Automático, que é exclusivo para aquisição em massa.

LT/TP – Latente / Dez Impressões: Pesquisa efetuada pelo sistema AFIS, em que uma impressão digital latente é comparada com as fichas decadatilares constantes no banco de dados AFIS. Visa buscar, no banco de dados de pessoas (fichas decadatilares), impressões digitais produzidas pelo mesmo indivíduo autor daquela apresentada para pesquisa. Conecta crime com pessoa.

LT/UL – Latentes / Latentes não solucionadas: Pesquisa efetuada pelo sistema AFIS, em que uma impressão digital latente é comparada com as impressões digitais latentes constantes no banco de dados AFIS. Visa buscar, no banco de dados de impressões digitais latentes, impressões digitais produzidas pelo mesmo indivíduo autor daquela apresentada para pesquisa. A comparação pode ser com todas as impressões digitais latentes ou com um grupo pré-selecionado. Conecta crime com crime.

TP/TP – Dez Impressões / Dez Impressões: Pesquisa efetuada pelo sistema AFIS, em que uma ficha decadatilar é comparada com as fichas decadatilares constantes no banco de dados AFIS. A comparação pode ser com todas as fichas decadatilares ou com um grupo pré-selecionado. Visa confirmar unicidade da ficha (ser única, diferente de todas as demais), para só então ser inserida no banco de dados, assim como revelar possível tentativa de fraude (mesmo indivíduo apresentar-se com outro nome). Conecta pessoa com pessoa, estabelecendo ser ou não o mesmo indivíduo.

TP/UL – Dez Impressões / Latentes Não Solucionadas: Pesquisa efetuada pelo sistema AFIS, em que uma ficha decadatilar é comparada com as impressões digitais latentes constantes no banco de dados AFIS. A comparação pode ser com todas as impressões digitais latentes ou com um grupo pré-selecionado. Conecta pessoa com crime.

VALIDAÇÕES: são as intervenções de Papiloscopistas que resultam em HITs ou NO-HITs no sistema AFIS. Nas validações não são contabilizados os NO-HITs automáticos, que são exclusivos da Aquisição em Massa.

p) NÚCLEO DE OPERAÇÕES – NO/DREX/SR/DPF/RN

Quadro 3.2.39 – Atividades do Núcleo de Operações da DREX no ano de 2013

ATIVIDADES		Total
OMP's CONDUÇÃO	Condução para atendimentos médicos	03
	Transferências	32
	Audiências	44
	Outros	03
OUTRAS OMP's		282
TOTAL OMP's		371
PRESOS TRANSFERIDOS		Total
		54
ATIVIDADES		Total
MANDADOS DE PRISÃO	Justiça. Federal	12
	Justiça Estadual	04
	Justiça Trabalho	00
	Justiça Eleitoral	00
	Justiça Militar	00
	TOTAL	16
		Total
INTIMAÇÕES		736
INFORMAÇÕES		308

q) ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ÂMBITO DA SR/DPF/RN

Quadro 3.2.40 – Quadro geral das atividades de P. Judiciária da SR/DPF/RN no ano de 2013

TIPO	QUANTIDADE
Cert. Antec. Criminais	10.859
Indiciamentos	290
IPLs Inst. portaria	1.126
IPLs Inst. flagrante	56
IPLs relatados	907
TCO's instaurados	18
TCOs encerrados	18
REs instaurados	12
REs relatados	01
Precatórias Autuadas	265
Precatórias Cumpridas	247

Quadro 3.2.41 - Atividades de polícia judiciária, por delegacia, da SR/DPF/RN no ano de 2013

	DELEAQ	DELEMIG	DELEFAZ	DELEMAPH	DELEPAT	DELEPREV	DELINST	DELEFIN	DRE	TOTAL
IPLs Inst. portaria	06	00	377	49	97	225	310	53	09	1.126
IPLs Inst. flagrante	04	02	29	01	06	03	02	02	07	56
IPLs relatados	09	03	362	69	94	93	236	25	16	907
REs Inst.	00	00	08	00	00	01	02	00	01	12
REs relatados	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01
TCO's instauratos	00	00	06	03	02	04	01	00	02	18
TCO's relatados	00	00	06	03	02	04	01	00	02	18

r) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MOSSORÓ – DPF/MOS/RN

Quadro 3.2.42 – Atividades cartorárias da DPF/MOS/RN no ano de 2013

TIPO	TOTAL
Notícias Crimes	1.355
IPLs instaurados - Portaria	1.272
IPLs instaurados - Flagrante	13
IPLs relatados	998
TCO's instaurados	01
TCO's relatados	01
Cartas Precatórias	48
Cartas Precatórias cumpridas	33
Indiciamentos	174
REs instaurados	06
Res relatados	00

Quadro 3.2.43 - Atividades de Polícia Judiciária da DPF/MOS/RN no ano de 2013

TIPIFICAÇÃO	TOTAL
Eleitoral	221
Previdenciário	406
Roubo/Furto	81
Fisco Federal (Rec. Fed.)	00
Fraude Proc. Licitatório	19
Crime de Responsabilidade (Prestação de CT)	20
Crime Ambiental	17
Contrabando ou Descaminho	06
Telecomunicações	04
Entorpecente	07
FGTS/Seguro Desemprego	02
Outros	502
Total	1.285

Quadro 3.2.44 - Atividades referentes ao SINARM/DPF/MOS/RN no ano de 2013

TIPO	TOTAL
Portes Deferidos	00
Portes indeferidos	02
Registros emitidos (transferências)	20
Armas novas	82
Renovação de Registro Federal	127
Armas recebidas na campanha do desarmamento	31

Quadro 3.2.45 - Atividades ref. ao controle de segurança privada da DPF/MOS/RN no ano de 2013

TIPO	TOTAL
Aprovação de Planos de Segurança	49
Expedição de CNVs	61
Renovação de CNVs	04
Prorrogação de Protocolo Provisório (antes da chegada de CNVs)	338
Expedição de Guia de Tráfego para Arma(s) e Munições	05
Vistoria em Documentação de Turma de Vigilantes (Curso de Formação)	17
Vistoria em Documentação de Turma de Vigilantes (Curso de Reciclagem)	28
Vistoria em Documentação de Turma de Vigilantes (Curso de Extensão)	06
Vistoria em Empresa de Segurança Privada	03
Vistoria em Carro-Forte de Empresa de Segurança Privada	07
Vistorias em Bancos	49
Comunicação de Roubo/Furto/Extravio de Arma de Empresa de Segurança Privada	04
Comunicação de Disparo de Arma de Fogo	05
Notificações a Empresas Bancárias	01
Autos de Constatação e Infração Aplicados a Empresas Bancárias	16

Quadro 3.2.46 - Atividades referentes à comissão de controle de produtos químicos da DPF/MOS/RN no ano de 2013

TIPO	TOTAL
Expedição de CRC e de CLF (1ª Vez que a Empresa faz ou quando há alteração cadastral ou quando perde o prazo para a Renovação)	04
Renovação de CLF	11

Quadro 3.2.47 - Apreensão de drogas ilícitas no âmbito da DPF/MOS/RN no ano de 2013

ENTORPECENTES	TOTAL (kg)
Cocaína	1,5
Maconha	301
Total	302,5

Quadro 3.2.48 - Atividades executadas pelo Núcleo de Identificação DPF/MOS/RN no ano de 2013

ATIVIDADES	TOTAL
Cumprimento de O M (outras atividades)	19
Cumprimento de O M (relativa à atividade papiloscópica)	47
Inclusão no SINIC – Boletim de Identificação Criminal	347
Inclusão no SINIC – Boletim de Distribuição Judicial	09
Inclusão no SINIC – Boletim de Decisão Judicial	125
Emissão de Folha de Antecedentes	500
Identificação – Criminal	16
Identificação – Estrangeiros	49
Perícias – Documentos	00
Perícias – Local	43
Informações Técnicas – Documentos	00
Informações Técnicas – Local	43
Laudos Papiloscópicos – Documentos	00
Identificação de Vigilante	101

Quadro 3.2.49- Atividades executadas pelo Núcleo de Imigração DPF/MOS/RN no ano de 2013

TIPO DE ATENDIMENTO	TOTAL
Passaportes expedidos (para brasileiros)	2.544 (A)
Prorrogação de prazo/estada de turista (270T)	22
Prorrogação de prazo de estada de temporário	00
Registro/Restabelecimento de registro + carteira (CIE)	65
Nova carteira (cie) ou substituição de cie	09
Certidão para estrangeiro	58
Pedido de restituição de taxa	03
Atualização de endereço	20
Pedido de permanência (VIPER-VISTO PERMANENTE)	17
Pedido de Naturalização (Comum ou /Extraordinário)	03
Pedido de Transformação de Visto	02
Pedido de Republicação de Despacho Deferitório	01
Transferência de CIE para outra Unidade do DPF	01
Atendimentos apenas a estrangeiros	201 (B)
Total geral de atendimentos (A + B)	2.745

3.2.1 Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

3.2.1.1 Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

a) Utilidade: medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2013.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito

pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. Entretanto, em razão do baixo efetivo da Regional, diversas operações desencadeadas durante o ano, reforços em operações em outras unidades, treinamentos para a Copa do Mundo de 2014, entres outros entraves, a **SR/DPF/RN não atingiu o índice desejado, ficando com 76,73% (setenta e seis vírgula setenta e três por cento) e a DPF/MOS/RN 77,67% (setenta e sete vírgula sessenta e sete por cento).**

b) Mensurabilidade: Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, um índice inferior a 80% não retrataria necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

3.2.1.2 Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

a) Utilidade: medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2013 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

b) Mensurabilidade: O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 3.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade. Trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação Geral de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir a produtividade exata, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que, por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. **Assim, com base nas informações retiradas do SISCART – Sistema Cartorário, a SR/DPF/RN, no tocante aos inquéritos instaurados por Portaria, teve um prazo médio para conclusão em 269 (duzentos e sessenta e nove) dias e os instaurados por flagrante 108 (cento e oito) dias. Na Delegacia de Mossoró/RN foram 179 (cento e setenta e nove) dias para os IPLs instaurados por Portaria e 36 (trinta e seis) dias para os instaurados por flagrante.**

3.2.1.3 IPO - Índice de Produtividade Operacional

a) Utilidade: medir o índice de produtividade no ano de 2013 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas.

b) Mensurabilidade: Este indicador possui 27 variáveis e estão distribuídas em 03 grupos temáticos: Atividades Operacionais, Características Geográficas e Atividades Não Operacionais.

Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo.

No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a seguinte equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 P_g \times \left(\sum_{g=1}^{n_g} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

1. P_g é o peso do grupo temático g ;
2. p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g ;
3. n_g é o número de variáveis no grupo temático g ; e
4. IP_{vg}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g .

No ano de 2013, primeiro ano de medição do IPL, a Superintendência Regional da Polícia Federal no RN ficou na 16ª colocação nacional, no total de 27 Superintendências, com o **IPO de 2,200**.

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 127/2013, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos três índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF, taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF e Índice de Produtividade Operacional), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2014, indicadores de desempenho da gestão que se prestem a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Estrutura de Governança

A Direção Geral do DPF definiu, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências. Para tanto, a instituição e definição de atribuições das Unidades de Controle Interno – UCI, foi regulamentada por meio da IN 043/2010 – DG/DPF, de 23/12/2010.

A SR/DPF/RN foi pioneira no projeto de descentralização das atividades da Assessoria de Controle Interno, com a implementação da primeira Unidade de Controle Interno do DPF, criada por meio da Portaria nº 2140/2011-DG/DPF, de 10 de março de 2011.

Em 25/06/2013 foi publicada a Portaria N° 3606/2013 – DG/DPF nomeando o PCF Paulo Martins Beltrão Filho como responsável pela Assessoria de Controle Interno da SR/RN, sendo este removido ex-offício para este fim.

São atribuições inerentes a UCI/SR/DPF/RN, constante na Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF:

- “ I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;
- II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;
- III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;
- IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;
- V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;
- VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;
- VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;
- VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e
- IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente. “

4.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.3.2 da Portaria TCU 175/2013)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: Do ponto de vista local, a SR/RN teve seu sistema de controle interno fortalecido em 25/06/2013 com a publicação da Portaria N° 3606/2013 – DG/DPF nomeando o PCF Paulo Martins Beltrão Filho como responsável pela Assessoria de Controle Interno da Unidade, posto que esta função estava sem responsável desde abril de 2012. Do ponto de vista normativo, as atribuições inerentes a Unidade de Controle Interno - UCI/SR/DPF/RN estão regulamentadas por meio da Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF:</p> <p>Do ponto de vista nacional, durante o ano de 2013 houve significativa evolução do sistema de controle interno das Superintendências da PF. Atualmente são mais de 14 Estados com Assessorias de Controle Interno estabelecidas. Registre-se ainda que a ACI/DG promoveu a capacitação dos Assessores de CI dos Estados e elaborou um treinamento presencial em Brasília com vistas à elaboração do relatório de gestão das Unidades. Por tudo isso, conclui-se por um cenário evolutivo do sistema de controle interno da SR/RN. Uma importante meta da Unidade é a consolidação de um modelo de governança e a construção de indicadores para monitoramento e avaliação dos controles internos da Superintendência.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

4.3 Sistema de Correição

A Instrução Normativa n.º 011/2001-DG/DPF, de 27/06/2001, define e consolida as normas operacionais para execução da atividade de Polícia Judiciária no âmbito do Departamento de Polícia Federal, apresentando no Título IV, Capítulo I, artigo 179 a definição do que seriam correições, nos seguintes termos:

“as correições se constituem em ação fiscalizadora das atividades de polícia judiciária, objetivando apontar e corrigir eventuais falhas e cumprimento das normas legais e regulamentares, impondo-se controle e avaliação permanente, primando pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços”.

Classifica-as como sendo ordinárias, parciais e extraordinárias e prevê que as correições ordinárias sejam realizadas anualmente no segundo semestre.

No Capítulo III, a mencionada IN estabelece as rotinas que a correição ordinária deverá obedecer, explicitando o que deve ser feito em cada uma das fases que define como i) tarefas preliminares, ii) exames em geral, iii) exames nos IPL's iniciados por portaria, iv) nos iniciados por auto de prisão em flagrante, v) nos termos circunstanciados de ocorrência e a vi) elaboração do relatório com os anexos que especifica.

No que tange às correições no âmbito desta Descentralizada, cabe preliminarmente registrar que, quanto aos recursos humanos postos à disposição do Núcleo de Correições, não houve alteração, em relação ao ano anterior, no quadro de servidores desta lotação, ou seja, permanecem lotados no NUCOR/SR/DPF/RN um Delegado, um Escrivão e uma Estagiária, os quais ocupam duas salas amplas e contíguas situadas no primeiro andar do prédio. No entanto, apesar da lotação formal, de fato, o Núcleo de Correições conta na atualidade apenas com a presença física do chefe, Delegado de Polícia Federal, uma vez que ainda não foi regularizada a situação dos contratos com os estagiários, estando a estagiária desta lotação ausente desde o início do corrente ano, o mesmo ocorrendo com o Escrivão, afastado de suas atividades no setor desde o início de novembro de 2013 em razão de férias seguidas de licença capacitação que se estenderá até 17/04/2014, circunstâncias que tem impactado na rotina de trabalho do NUCOR, inclusive no que diz respeito à finalização das correições ordinárias correspondentes ao ano anterior, ainda não concluídas, ficando o trabalho de rotina do Núcleo, momentaneamente, a cargo do NUCART que tem alternado a indicação de Escrivães para as tarefas diárias de tramitação dos inquéritos policiais.

Quanto aos recursos materiais, vale o registro de que a única viatura que ficava à disposição do NUCOR, a partir de 16/09/2013, por determinação contida no Memorando Circular n.º 14/2013-DREX/SR/DPF/RN, passou a condição de uso geral da Superintendência e as chaves foram recolhidas ao Núcleo de Transporte, Núcleo este agora responsável pela disponibilização de veículo quando da necessidade de utilização pelo NUCOR.

Diferentemente do que ocorria antes, o trabalho de correições propriamente ditas nos inquéritos policiais é de responsabilidade exclusiva do chefe do NUCOR, ficando a estagiária responsável apenas pela inclusão no sistema dos IPL's a serem correicionados, cabendo-lhe a tarefa de conferir a numeração das folhas e as assinaturas que constam nos procedimentos submetidos à correição, ficando o Escrivão imbuído das atividades elencadas no subitem 181.2, incisos I a III, da IN ao norte mencionada, bem como àquelas relacionadas com a rotina de entrada e saída dos inquéritos que tramitam no NUCOR.

O resultado dos trabalhos relativos às correições ordinárias do ano findo deverá ser sintetizado no relatório ainda a ser apresentado, cuja finalização prevista para 16/12/2013, nos termos do contido no Plano de Correições Ordinárias de 2013, restou comprometida em decorrência de uma série de fatores dentre eles a impossibilidade de contar com os recursos humanos previstos no item VI do citado Plano agravado com os afastamentos mencionados acima.

4.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A despeito de a Corregedoria Regional contar com pequeno efetivo para o exercício de todas as atribuições definidas na IN 13/2005-DG/DPF, sendo que um dos servidores ainda foi requisitado para missão no Ministério da Justiça, em Brasília/DF por todo o ano de 2013, a unidade tem mantido regular registro e acompanhamento dos procedimentos disciplinares, sindicâncias e demais procedimentos de índole disciplinar instaurados e em andamento na regional, através dos sistemas de gestão e controles denominados SAD/COGER e CGU/PAD, sendo este último em consonância com os preceitos da Portaria 1043/2007-CGU, segundo consta em tabela apresentada em anexo, extraída do módulo de relatórios do CGU/PAD.

Quadro 4.4.1 – Relatório de procedimentos instaurados e registrados no CGU/PAD

CGU-PAD Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional do Rio Grande do Norte	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	5
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	5

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
08420001639201304	27/08/2013	Sindicância
08420004199201339	08/11/2013	Sindicância
08420006880201311	07/05/2013	Sindicância
08420006892201346	13/09/2013	Sindicância
08420020858201201	21/03/2013	Sindicância

CGU-PAD Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional do Rio Grande do Norte	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	5
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	5

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Execução das despesas

5.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.1.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Quadro A.4.1.2.1 da Portaria TCU 150/2012).

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200336	200394	30108 06 122 2112 2000	-	-	5.985.646,76
	200336	200394	30108 06 181 2070 2726	-	-	2.202.738,04
	200336	200394	30108 06 183 2070 14WH	-	-	337.119,58
	200336	200394	30108 06 183 2070 7U23	-	-	339.017,28
	200336	200394	30108 06 301 2112 2004	-	-	4.440,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200336	200394	30108 06 122 2112 2000	806.561,36	-	-
	200336	200394	30108 06 181 2070 2586	45.544,00	-	-
	200336	200394	30108 06 181 2070 2726	5.690,00	-	-

Fonte: NEOF/SR/DPF/RN- SIAFI Transação CONOR.

5.1.1.1 Análise crítica

O Programa de Governo que contribuiu para as atividades-fim do DPF, no ano de 2013 e no RN, foi o Segurança Pública com Cidadania (2070) por meio dos projeto/atividade: 14WH e 7U23 referentes à implementação do plano nacional de segurança pública, parcela relevante do pagamento das diárias aos policiais veio do projeto atividades: 2726 - prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da união na realização das diversas operações.

Cabe destaque ainda a execução orçamentária de uma Ação ligada ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça (2112), que representa a maior parte dos recursos administrados pela Unidade, e que se relacionam com a atividade-meio, como por exemplo: contratações de serviços terceirizados, serviços de energia, água e esgoto, serviços de telefonia, manutenção predial e de viaturas, aquisições de material de consumo, entre outros itens de custeio.

Quanto à execução da Ação 2586, os gastos referem-se à aquisição de 34 impressoras multifuncionais conforme orientação da mensagem circular DG/DPF referente à aquisição de equipamentos PROMASP.

Quanto à execução da Ação 2726, em sua quase totalidade refere-se a pagamento das diárias (R\$2.018.710,60) para realização das diversas operações de interesse da Polícia Federal. Do montante total constante da tabela acima, cerca de R\$ 1,3 mil referem-se à utilização Suprimento de Fundos (Regime Especial de Execução – não sigiloso).

Quanto à execução da Ação 2726, a segunda parcela mais significativa se refere à utilização de Suprimento de Fundos (Regime Especial de Execução - caráter sigiloso), principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa, que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular da PF, manutenção e conservação de imóveis, aquisição de passagens, entre outras.

Na ação supramencionada, a Unidade teve despesas empenhadas no valor de R\$ 6.792.208,12, dos quais liquidou R\$ 5.341.900,17 e valores pagos de R\$ 5.337.623,28. Do montante inscrito em restos a pagar não processados, cabe destacar aquisição de computadores, impressoras multifuncionais e outros equipamentos de informática, que somam a quantia de R\$ 812.159,12, fato ocorrido tendo em vista que os recursos orçamentários respectivos somente foram disponibilizados nos últimos meses do ano.

Os gastos com rateio de despesas de energia, água, telefonia, taxas de limpeza e coleta de lixo em decorrência do uso das instalações da INFRAERO no Aeroporto Augusto Severo são realizados por esta ação nas respectivas naturezas de despesas.

5.1.2. Realização das despesas

5.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.

Quadro 5.1.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.5 – Portaria TCU 175/2013).

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2013	2012	2013	2012
a) Convite	4.142.802,48	3.950.774,11	4.031.723,77	3.944.426,28
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	4.142.802,48	3.950.774,11	4.031.723,77	3.944.426,28
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Dispensa	798.671,15	783.102,18	705.923,43	985.498,43
i) Inexigibilidade	675.725,30	623.480,79	591.734,60	341.311,99
3. Regime de Execução Especial	122.945,85	159.621,39	114.188,83	644.186,44
j) Suprimento de Fundos	165.606,73	84.029,47	165.606,73	124.663,88
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	165.606,73	84.029,47	165.606,73	124.663,88
k) Pagamento em Folha	2.848.710,11	2.240.813,53	2.847.417,19	1.401.716,72
l) Diárias	15.475,61	35.637,24	15.475,61	35.637,24
5. Outros	2.833.234,50	2.205.176,29	2.831.941,58	1.401.716,72
6. Total (1+2+3+4+5)	235.585,23	259.233,40	137.147,29	343.409,04

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

5.1.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos de Movimentação

Quadro 5.1.2.2.1- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.6 – Portaria TCU 175/2013).

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1.DespesasdePessoal								
Outros benefícios assistenciais	15.475,61	35.637,24	15.475,61	35.637,24	0,0	0,0	15.475,61	35.637,24
2.Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesas Correntes	8.853.486,05	7.562.731,41	8.130.263,85	7.235.398,67	769.146,94	327.332,74	7.826.706,56	7.203.378,89
Diárias–pessoal civil	2.854.895,90	2.205.176,29	2.833.234,50	2.205.176,29	21.611,40	0,0	2.831.941,58	2.199.097,75
Material de Consumo	887.597,64	601.229,22	554.420,00	500.279,82	333.177,64	100.949,40	553.211,89	500.279,82
Passagens e despesas com locomoção.	503.442,99	382.008,05	446.389,52	342.550,31	57.053,47	39.457,74	418.273,21	342.550,31
Serviços de consultoria	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros serviços de terceiros - pessoa física	96.776,00	28.210,00	96.776,00	28.210,00	0,0	0,0	96.776,00	28.210,00
Locação de mão-de-obra	2.709.306,92	2.839.449,19	2.628.056,19	2.839.449,19	81.250,73	0,0	2.555.310,79	2.839.449,19
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.535.234,54	1.220.638,74	1.325.275,34	1.033.713,14	209.959,20	186.925,60	1.223.518,73	1.007.771,90
Obrigações tributárias e contributivas	45.974,74	43.172,71	45.974,74	43.172,71	45.974,74	0,0	45.974,74	43.172,71
Despesas de exercícios anteriores(339092)	111.745,73	33.987,46	111.745,73	33.987,46	0,0	0,0	13.307,79	33.987,46
Indenizações e restituições	72.927,93	208.859,75	72.927,93	208.859,75	0,0	0,0	72.927,93	208.859,75
Outros serv. Terc. pessoa jurídica-op. intra-orc.	32.000,00	0,0	11.880,24	0,0	20.119,76	0,0	11.880,24	0,0
Despesas de exercícios anteriores(339192)	3.583,66	0,0	3.583,66	0,0	0,0	0,0	3.583,66	0,0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4.Investimentos								
Obras e instalações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Equipamentos e material permanente	857.795,36	127.848,78	45.636,24	46.916,78	812.159,12	80.932,00	45.636,24	46.916,78

Fonte: SIAF I- Transação CONOR

5.1.2.3 Análise Crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício: Houve expressivo aumento nos valores gastos com diárias, fruto da realização de operações de caráter permanente que exigiu a participação de servidores desta Regional, participação na Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, bem como a realização de grandes operações desencadeadas pela Superintendência que exigiu o recrutamento de grande contingente de servidores de outras regionais.

Além disso, atendendo metas de contenção de despesas, houve significativa redução nos gastos de custeio, não obstante a existência de repactuações que majorariam os contratos em vigor. Foram promovidos ajustes contratuais com redução de postos para adequar as contratações à dotação orçamentária do exercício de 2014 que foi reduzida conforme portaria 3899/13-DG/DPF, de 24 de setembro de 2013, estes ajustes já trouxeram algum reflexo na execução orçamentária do exercício.

Contingenciamento no exercício: Os Decretos nº 7.995, de 2 de maio de 2013 e 8.021, de 29 de maio 2013 que, no âmbito do Poder Executivo federal, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013 e o DECRETO Nº 8.062, DE 29 DE JULHO DE 2013 que reduziu Os limites de movimentação e empenho, constantes do Anexo I ao Decreto no 7.995, de 2013. Não obstante a edição do decreto houve um significativo aumento das despesas com diárias como já demonstrado acima em virtude da participação em operações permanentes e realização de grandes operações que demandou um elevado contingente de policiais.

Eventos negativos/positivos que influenciaram a execução orçamentária: A racionalização dos gastos com custeio é uma política gerencial que já vem sendo adota por esta unidade faz alguns exercícios. O contingenciamento de recursos em 2011 evidenciou que a unidade já administra de forma responsável os recursos descentralizados e que busca rotineiramente otimizar a execução dos gastos públicos de forma realizar o máximo de atividades com o orçamento disponibilizado.

5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro 5.3.1- Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (Quadro A.4.3 – Portaria TCU 175/2013).

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	416.264,74	238.486,66	177.678,08	100,00
2011	663.862,29	121.249,74	542.612,55	0,00
2010	344.329,89	53.550,27	290.779,62	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	37.463,05	31.384,51	6.078,54	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	27,45	0,00	27,45	0,00

Fonte: NEOF/SR/DPF/RN

5.2.1 Análise Crítica

Esta Unidade Jurisdicionada procura, como regra, evitar a inscrição de restos a pagar processados, envidando esforços para efetuar o pagamento de todas as despesas liquidadas ao final do exercício financeiro. Da mesma forma, evita-se ao máximo permanecer com saldo de restos a pagar de exercícios anteriores, cancelando-se os valores não liquidados, conforme é observado no quadro acima.

5.3 Suprimento de Fundos.

5.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.

Quadro 5.3.1.1- Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.4.5.1 – Portaria TCU 175/2013).

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	221	153.057,44	16	12.549,29	165.606,73
2012	-	-	110	66.529,73	24	17.499,74	84.029,47
2011	-	-	163	86.241,35	44	38.422,53	124.663,86

Fonte: NEOF/SR/DPF/RN

5.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Cooperativo.

Quadro 5.3.2.1- Despesas com Cartão de Crédito Cooperativo por UG e por portador (Quadro A.4.5.3 – Portaria TCU 175/2013).

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200394	Limite de Utilização da UG	250.100,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor	Total	
José Leonardo Pereira Júnior	168.619.008-50	8.000,00	0,00	572,96	572,96
César de Macêdo Rêgo	369.990.834-87	10.100,00	200,00	2.861,23	3.061,23
Marcelo Machado Guedes	745.338.357-91	16.000,00	1.490,00	9.115,10	10.605,10
Regime Esp. Exec. Não Sigiloso	*	10.000,00	1.288,61	0,00	1.288,61
Regime Esp. Exec. Sigiloso	*	206.000,00	150.078,83	0,00	150.078,83
Total Utilizado pela UG					165.606,73

Fonte: NEOF/SR/DPF/RN

5.3.3 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.

Quadro 5.3.3.1- Prestação de contas de suprimento de fundos (Conta tipo “B” e CPGF) (Quadro A.4.5.4 – Portaria TCU 175/2013).

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	19	165.606,73	16	84.029,47	31	124.663,88

Fonte: NEOF/SR/DPF/RN

5.3.4 Análise Crítica

Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU nº 134/2013. Portanto na tabela supra, constam apenas os somatórios dos valores gastos sob o regime especial de execução.

Em 2013, nesta Unidade Jurisdicionada, houve aumento de aproximadamente 100% no total das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2012, conforme é possível observar nos quadros acima. Este incremento se deve a redução de operações realizadas no exercício anterior em decorrência da greve ocorrida no Departamento de Polícia Federal, bem como ao desencadeamento de grandes operações de caráter sigiloso por esta Regional.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro 6.1.1.1.1 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.2 da Portaria TCU 175/2013).

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	10
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	9
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	15

Fonte: SRH/SR/DPF/RN-situação apurada em 31/12

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 6.1.2.1 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Quadro A.5.1.2.1 da Portaria TCU 175/2013).

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	22	22	9	9
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	22	9	9
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	26	26	10	10

Fonte: SRH/SR/DPF/RN - situação apurada em 31/12

Quadro 6.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Quadro A.5.1.2.3 da Portaria TCU 175/2013).

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0,36%	0,36%	0	20,00%	69,83%	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0,36%	0,36%	0	20,00%	69,83%	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0,36%	9,09%	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1,45%	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0,36%	7,63%	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0,36%	0,36%	0	20,36%	78,92%	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - Situação apurada em 31/12

6.1.3 Custos Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.3.1 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.1.3 da Portaria TCU 175/2013).

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	32.313.533,62	0,00	2.841.743,18	1.146.994,55	1.172.421,36	1.219.794,46	752.921,41	19.529,50	320.560,88	39.787.498,96
	2012	30.319.430,40	0,00	2.575.691,08	1.108.524,73	920.107,95	1.066.085,57	631.772,74	2.069,49	380.891,13	37.004.573,09
	2011	30.445.411,41	0,00	2.635.492,95	1.054.800,92	930.817,28	994.600,25	579.640,35	0,00	297.876,90	36.938.640,06
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	962.821,51	75.737,15	89.161,88	22.209,76	18.972,00	8.027,13	1.256,76	16.398,42	0,00	1.194.584,61
	2012	735.384,64	61.192,16	65.083,87	27.610,45	11.684,00	26.225,07	330,99	0,00	7.628,74	935.139,92
	2011	899.474,50	71.657,66	82.831,38	20.620,70	14.684,00	21.112,86	423,79	0,00	5.535,18	1.116.340,07
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	4.266.889,61	70.004,82	364.548,35	121.927,91	104.500,72	124.733,40	49.737,00	0,00	26.919,27	5.129.261,08
	2012	3.826.005,68	66.596,43	360.869,78	105.766,62	80.462,26	106.070,79	40.548,94	2.550,80	30.679,21	4.619.550,51
	2011	3.795.852,11	64.513,24	296.147,10	121.081,04	79.448,89	84.090,01	37.750,75	0,00	30.299,25	4.509.182,39

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.

Quadro 6.1.4.1.1 – Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.1 da Portaria TCU 175/2013).

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	121	1
1.1 Voluntária	103	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	18	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	4	0
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	125	1

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro 6.1.4.2.1 – Instituidores de pensão - situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.2 da Portaria TCU 175/2013).

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	24	0
1.1. Integral	22	0
1.2. Proporcional	2	0
2. Em Atividade	5	0
3. Total (1+2)	29	0

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não há, no âmbito do Setor de Recursos Humanos desta unidade descentralizada controle interno para detectar possível acumulação. O SRH, no entanto, cobra dos servidores, quando necessária, a declaração de não acumulação de cargos. O controle de eventual irregularidade é exercido pela CGU.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não houve registro de acumulação indevida de cargos no exercício de 2013.

6.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo - Os registros de frequência não indicam ocorrência de faltas de servidores ao serviço.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais- Sem indicação de acidente de trabalho no ano de 2013.

Desde a assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2010, de 10.10.2010, assinado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e vários órgãos da Administração Direta, dentre eles o DPF, todos os afastamentos por motivo de saúde são homologados pelo SIASS (Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor), Unidade UFRN, que realiza também as perícias e juntas médicas.

- Doenças Ocupacionais – Os afastamentos, conforme mencionado no item precedente, são homologados pelo SIASS.

- Rotatividade (**turnover**) – A análise do fenômeno é feita pela Diretoria de Gestão de Pessoal.

- Educação Continuada – Atribuição da Academia Nacional de Polícia e seus representantes nas unidades descentralizadas.

- Disciplina - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/RN. As punições são comunicadas ao SRH para os devidos registros nos assentamentos funcionais. Todas as ocorrências são publicadas em Boletim de Serviço.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro 6.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.5.2.3 – Portaria TCU 175/2013)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 200394/00001							CNPJ: 00.394.494/0036-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	16/2009	07.442.731/0001-36	01/01/2010	Até 60 meses	17	17	-	-	-	-	P
2009	V	O	17/2009	05.312.066/0001-30	01/01/2010	Até 60 meses	16	16	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Área de gerenciamento de CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RN

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 6.2.2.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. (Quadro A.5.2.4 – Portaria TCU 175/2013)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 200394/00001							CNPJ: 00.394.494/0036-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	011/2012	41.587.502/.0001-48	01/01/2013	Até 60 meses	-	-	03	03	01	01	A
2009	9	O	019/2009	03.151.133/0001-57	01/01/2010	Até 60 meses	01	01	06	06	-	-	P
2009	9	O	020/2009	70.315.650/0001-01	01/01/2010	28/02/2014	-	-	04	04	-	-	P
2012	5	O	003/2012	07.442.731/0001-36	02/01/2012	Até 60 meses	-	-	14	14	-	-	P
2011	5	O	010/2011	11.786.359/0001-52	01/05/2011	31/12/2013	-	-	14	14	-	-	E
2011	9	O	013/2011	09.171.533/0001-00	01/08/2011	Até 60 meses	01	01	-	-	-	-	P
2012	4	O	006/2012	08.966.334/0001-26	02/01/2012	Até 60 meses	03	03	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA:

Área:

1.	Segurança;	10.	Brigadistas;
2.	Transportes;	11.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
3.	Informática	12.	Outras.
4.	Copeiragem;		
5.	Recepção;		
6.	Reprografia;		
7.	Telecomunicações;		
8.	Manutenção de bens móveis;		
9.	Manutenção de bens imóveis;		

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RN

6.2.3 Análise Crítica dos quadros A.5.2.3 e A.5.2.4 da Portaria 175/2013-TCU

De maneira geral, os contratos firmados entre a SR/DPF/RN e seus prestadores de serviço foram executados de forma satisfatória, incorrendo em poucas falhas ou inexecuções parciais. Quando da identificação de falhas pelos fiscais, de pronto, a gestão/fiscalização de contratos atuou para saná-las, notificando as empresas para regularização e instaurações de processos administrativos punitivos. Desta feita, as irregularidades foram solucionadas e os trabalhos decorreram de forma satisfatória.

Ocorre que fato singular adveio com o contrato firmado para prestação dos serviços de recepção e atendimento no embarque e desembarque internacional de passageiros e tripulantes do Aeroporto Augusto Severo, celebrado com a empresa PLANTÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (contrato nº 10/2011-SR/DPF/RN - Processo nº 08420.025331/2010-01), quando em junho passado, a empresa veio a incorrer em diversas falhas na execução do contratual, além de propiciar uma difícil comunicação com seus representantes, pois os mesmos não mais atendem ligações telefônicas. Desta feita, em decorrência dos reiterados descumprimentos, ocorreram prejuízos na prestação do serviço contratado, razão pela qual foi realizada reunião no dia 28/08/2013, por determinação do Superintendente Regional, com a finalidade de realinhar o andamento da prestação de serviço contratado mediante o saneamento das irregularidades apontadas, sendo que de pronto o representante da empresa se comprometeu a sanar todas as irregularidades apontadas e melhorar o serviço prestado.

No entanto, detectou-se por meio dos fiscais de contrato que não houve melhoria e que os fatos estavam se agravando, motivo pelo qual foi instaurado o Processo Administrativo Sancionador (08420.002655/2013-14-SR/DPF/RN), culminando na aplicação da pena de multa, sopesada pelo Gestor Local, naquele momento, como a mais adequada ao caso. Diante do agravamento pelos fatos supervenientes, a SR/DPF/RN adotou todas as medidas legais para garantir e assegurar os direitos dos prestadores de serviço, comunicando ao Ministério Público do Trabalho as ilegalidades, fazendo as retenções dos valores e inclusive, providenciando o pagamento direto de seus salários. Diante daquele contexto, foi iniciado novo processo licitatório e, conseqüentemente, resolveu não mais prorrogar o contrato em tela, mantendo-o até a data final, dia 31/12/2013, conforme recomendação do Ministério Público do Trabalho.

Observa-se que no primeiro momento em que se tomou conhecimento do inadimplemento da empresa prestadora de serviço, esta Superintendência convocou o seu representante legal para reunião de ajuste de conduta, regularização da situação (Ata de Reunião datada de 28/08/2013). Em persistindo o problema, adotou-se todas as medidas necessárias para resolução do caso, sendo que em primeiro plano procedeu à abertura de Processo Administrativo Sancionador, albergando os princípios que regem o assunto, em especial do direito de defesa, culminado na aplicação de multa. Na busca e no resguardo dos servidores contratados, em 24 de setembro passado, por meio do Ofício nº 6241/2013-GAB/SR/DPF/RN, solicitou ao Ministério Público do Trabalho a mediação junto à empresa prestadora de serviço para regularização dos débitos trabalhistas e previdenciários, tudo visando evitar danos aos trabalhadores e eventual responsabilidade subsidiária da Polícia Federal. Ocorre que, mesmo notificada, a empresa Plantão Prestadora de Serviços não compareceu e o Procurador Regional do Trabalho, em Ata de Audiência nº 13316/2013 (MED 001100.2013.21.000/3), recomendou, como medida de urgência, a fim de evitar o agravamento da situação, a possibilidade de a Polícia Federal efetuar o pagamento direto aos trabalhadores, fato este procedido nos meses de setembro a dezembro.

6.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 6.2.5.1 - Composição do quadro de estagiários (Quadro A.5.2.6 da Portaria TCU 175/2013).

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	07	06	07	06	44.014,00
1.1 Área Fim	00	00	00	00	0,00
1.2 Área Meio	07	06	07	06	44.014,00
2. Nível Médio	22	22	22	19	86.114,00
2.1 Área Fim	00	00	00	00	0,00
2.2 Área Meio	22	22	22	19	86.114,00
3. Total (1+2)	29	28	29	25	130.128,00

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

As normas regulamentadoras sobre o assunto estão contidas no Decreto 6.403 de março de 2008, nas Instruções Normativas 03/2009 e 34/2010 – DG/DPF, além da Instrução de Serviço 02/2013, de 09 de agosto de 2013, esta de âmbito estadual.

Toda a frota sitiada sob jurisdição da SR/DPF/RN tem a função e aplicação direcionada para as atividades constitucionais do órgão, seja na esfera administrativa, preventiva, investigativa, repressiva e tudo o mais necessário as suas atribuições. Tais atribuições, mediante lotação própria, são também desenvolvidas na jurisdição de sua filial, situada na cidade de Mossoró/RN, podendo ou não até trabalhar em parceria. As mesmas competências estão previstas quanto ao atendimento a outras unidades da federação, bem como a outros órgãos que compõe o conjunto de interesses da União, alcançando ainda eventos de grandes portes, de repercussão nacional e/ou internacional, os quais passam a receber tratamentos de segurança preventiva e repressiva, quando solicitados na cadeia hierárquica.

Em ambas as sedes o sistema de controle de viaturas é feito através de um gerenciador de frotas, conhecido por SIGEPOL, onde este trabalha de forma a auxiliar nos mais diversos controles relativos à viatura.

Na DPF/MOS/RN o regime de manutenção é distinto do encontrado na SR/DPF/RN, pois é feito através de outro contrato terceirizado, não sendo impedimento a livre circulação das viaturas em serviço.

A SR/DPF/RN, a partir da segunda quinzena de setembro de 2013, adotou planos de manutenção preventiva, conforme orientações dos manuais de bordos de cada um dos veículos. Além destes, na eventualidade, medidas corretivas também atuam. Neste caso, há interesse da administração local em entender suas causas e conseqüências visando à antecipação do problema em semelhantes, obtendo com isso uma redução de custos e otimizando o uso individual de cada uma. A fiscalização e a liberação de uso também passaram a ser meta. Tais atitudes coíbem eventuais abusos no uso do bem público.

A idade média da frota no ano de 2013 alcançou o índice de 4 anos.

Para conhecimento, então, temos:

Custos da frota / 2013.

1. Combustíveis: R\$ 302.666,91 (trezentos e dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos).

O valor referente contempla o fornecimento a todas as viaturas oficiais e apreendidas com autorização de uso, geradores de energia elétrica, além de transferências de veículos apreendidos para depósito.

2. Manutenção: R\$ 362.316,80 (trezentos e sessenta e dois mil trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

Inclusos os valores pertinentes ao consumo de peças de reposição, serviços, lubrificantes, fluidos, pneus, lavagens, higienizações, dentre outros prestados as frotas da SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN. Soma-se, ainda, o completo restabelecimento de uso de viaturas em trânsito nessa regional.

3. Licenciamento anual e seguro DPVAT: R\$ 15.050,23 (quinze mil e cinquenta reais e vinte e três centavos).

4. MMF(Média Mensal da Frota) = Km Total em 2013 / 12

MMF = 841.393/12 = 70.116 quilômetros distribuídos no quantitativo.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 7.2.1.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União
(Quadro A.6.2.1 da Portaria TCU 175/2013)

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Rio Grande do Norte	03	03
	Natal	01	01
	Mossoró	01	01
	Macaíba	01	01
Subtotal Brasil		03	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		03	02

Fonte: SPIUnet.

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 7.2.2.1 – Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional (Quadro A.6.2.2 da Portaria TCU 175/2013).

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas **	Com Manutenção
200394	1761.00348.500-7	13	Muito bom	19.796.234,20	26/06/2012	29.630.745,30	-	766.189,59
200394	1759.00099.500-2	*	Bom	1.381.350,00	27/03/2012	1.381.350,00	-	12.808,56
200394	1759.00095.500-0	13	Terreno Mossoró/RN	24.373,13	16/03/2013	1.444.174,00	-	-
200394	1741.00034.500-5	13	Pátio para Veículos em Macaíba/RN	76.403,79	14/03/2012	76.403,79	-	-
Total							Total	778.998,35

Fonte: SIAFI e SPIUnet.

* Imóvel locado de terceiros, onde atualmente funciona a Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN.

7.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 7.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros (Quadro A.6.3 da Portaria TCU 175/2013)

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Rio Grande do Norte	01	01
	Mossoró	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SPIUnet.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 8.1.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis (Quadro A.8.1 da Portaria TCU 175/2013).

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	a) Aquisição de papel reciclado; b) Aquisição de cartuchos e toners recicláveis;				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	Papel reciclado				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	Aquisição de Toners e Cartuchos com a comprovação de que os mesmos são recicláveis.				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e				X	

qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais:					
Considerando que a Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/RN lida algumas questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) servidor lotado neste setor.					
Finalmente, cumpre destacar as seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> Os servidores e terceirizados da Superintendência não utilizam copos descartáveis, sendo estes disponibilizados apenas para visitantes, reduzindo consideravelmente a aquisição desse material; Sensores de presença para iluminação de escadas de acesso, reduzindo o consumo de energia; Utilização do SIGEPOL, possibilitando a confecção de memorandos digitais, reduzindo o consumo de papel; Solicitação de material de forma digital, através do e-LOG; Desligamento automático do ar condicionado central no final do expediente. 					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 8.2.1 – Consumo de papel, energia elétrica e água (Quadro A.8.2 da Portaria do TCU 175/2013)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.442	2.431	1.384	28.616,00	R\$ 23.460,00	R\$ 13.709,87
Água	10.266	10.439	6.680	125.270,00	R\$112.379,84	R\$ 108.273,75
Energia Elétrica	1.461.672,61	1.427.567,91	1.522.922,11	464.758,34	R\$467.517,62	R\$ 478.411,53
			Total	618.644,34	R\$593.607,33	R\$ 610.145,28

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 9.1.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.9.1.1 da Portaria TCU 175/2013)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 026.156/2011-3	1449/2012	9.1	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Enquanto perdurarem os contratos de terceirização que envolvam, diretamente ou indiretamente, serviços de controle migratório, adote as providências necessárias para garantir níveis mínimos razoáveis de supervisão dos terceirizados, por servidores de carreira, nas tarefas de controle migratório nos aeroportos internacionais, conforme critérios definidos por esse órgão, informando a este Tribunal sobre as medidas adotadas e resultados alcançados....”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte					1155
Síntese da Providência Adotada					
Durante o ano de 2013, buscou-se a ampliação do efetivo de policiais da equipe de trabalho do aeroporto internacional augusto severo e a redução da equipe de prestadores de serviços terceirizados de apoio ao controle migratório					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Houve a ampliação 50% da equipe diária de policiais, passando de 02 para 03, e redução de 15% da equipe de terceirizados, passando de 7 para 6.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em razão de o Governo Federal ter realizado a concessão da exploração da atividade aeroportuária internacional no RN com a conseqüente construção de um novo aeroporto internacional no município de São Gonçalo do Amarante, o Ministério do Planejamento em Brasília está estudando junto a Direção Geral da Polícia Federal e a INFRAERO, sobre a possibilidade de servidores da INFRAERO serem cedidos à Polícia Federal para atuarem no apoio a atividade de controle imigratório. Este projeto tem previsão de ser implementado em 2014 e, caso isto ocorra, a atual equipe terceirizada poderá ser totalmente substituída por servidores públicos.					

Quadro 9.1.1.2 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.9.1.1 da Portaria TCU 175/2013)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte					1155
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	Relatório 232189			Recomendação para reposição ao Erário	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SR/RN					1155
Descrição da Deliberação					
Cumprir o disposto no inciso I do art. 7º do Decreto nº 4.004/2001, providenciando a restituição aos cofres públicos da quantia de R\$ 18.661,34, (dezoito mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos) referente a ajuda de custo paga a maior, ao servidor Severino Moreira da Silva em função de sua remoção da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte para e DIREX em Brasília/DF, uma vez que não restou comprovado o deslocamento dos					

dependentes declarados pelo servidor e que os mesmos moravam em sua companhia na época do deslocamento.”	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoal (Sede da Polícia Federal em Brasília)	324
Síntese da Providência Adotada	
Foi realizada diligência junto ao servidor Severino Moreira da Silva e também junto a Diretoria de Gestão de Pessoal na Sede da Polícia Federal em Brasília e constatou-se a existência do processo protocolado sob o número 08200.030113/2010-75 referente à indenização ao Erário, em atendimento ao ofício 40609-DSEG/DS/SFC/CGU-PR de 10/12/2010 – Nota Técnica No 2917/DSEG/DS/CGU-PR, recebimento indevido de ajuda de custo referente às remoções da SR/DPF/RO para a SR/DPF/RN e da SR/DPF/RN para a SEDE/DPF/DF, montante da dívida: R\$37.019,58 (Notificação No 01/2011-DPAG/CRH/DGP/DPF).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Verificou-se que o servidor Severino Moreira da Silva, matrícula SIAPE 1205553, teve descontado dos seus vencimentos no período de março/2011 a setembro/2012, sob a rubrica 00804 – INDENIZAÇÃO AO ERÁRIO 8.112, o valor total de R\$37.019,58 sendo em 18 (dezoito) parcelas de R\$ 1.969,98 (10% do subsídio da época) e 01 parcela de R\$ 1.559,94. Este processo correu na Diretoria de Gestão de Pessoal em Brasília e as informações de valores foram obtidas das fichas financeiras do servidos nos anos de 2011 e 2012.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Um aspecto a ser melhorado em casos como este é que o órgão de controle lista uma recomendação não atendida pela SR/RN, quando na verdade a cobrança de indenização ao erário ocorreu junto ao órgão central da Polícia Federal e até então a SR/RN não tinha conhecimento da existência e desfecho deste processo. Assim, seria o caso do órgão de controle cobrar o atendimento da recomendação ao órgão central que foi notificado por meio do Ofício 40609 – DSEG/DS/SFC/CGU-PR.	

9.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 9.2.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.9.4.1 da Portaria TCU 175/2013)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4	0	22
	Entregaram a DBR	4	0	22
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

9.2.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, bem como da Lei 8112/90, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Em relação às autoridades referidas no quadro acima, não há pendências, tendo todos os servidores, cumprido a obrigação. Cabe ao SRH o controle das informações, mantendo em planilha eletrônica a relação dos servidores que firmaram a autorização, bem como aqueles que optam pela entrega anual da declaração de bens. O documento é arquivado lacrado na pasta funcional do servidor. O acesso às pastas funcionais somente é franqueado aos servidores lotados no SRH. Finalmente, cabe esclarecer que eventual incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida pelo servidor não é objeto de análise por parte do SRH, que não tem atribuição normativa para tal.

9.3 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 9.3.1 - Declaração do responsável pela área de contratos (Quadro A.9.6 da Portaria TCU 175/2013).

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte	200394
<p>Eu, Gilmara Vicente de Oliveira, CPF nº 554.025.001-00, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela SR/DPF/RN estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>No que tange, especificamente, às atribuições da Gestão de Contratos, os dados são lançados e atualizados, tanto no SIASG, quanto no e-LOG (novo sistema informatizado de controle administrativo implantado na Polícia Federal), à medida que novos contratos são firmados, prorrogados e/ou apostilados.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outro instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF. Os termos de convênio existentes nesta Regional não implicam em repasses financeiros.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p style="text-align: center;">Natal/RN, 28 de março de 2013.</p> <p style="text-align: center;">Gilmara Vicente de Oliveira CPF 554.025.001-00 Agente Administrativo/SR/DPF/RN</p>	

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O canal de acesso disponível ao cidadão para reclamações, elogios, solicitações, etc., se faz através de uma "Caixa de Sugestão" disponibilizada no balcão de atendimento na recepção da SR/RN, sendo que as denúncias normalmente são formuladas de maneira anônima através do e-mail que é disponibilizado na página institucional da PF na internet. Não há estatísticas quanto ao atendimento das demandas, sendo essas apenas encaminhadas para os setores respectivos.

Os mecanismos utilizados para medir a satisfação ou descontentamento dos usuários da PF, resumem-se atualmente ao recebimento de mensagens via e-mail institucional ou ainda, através de uma caixa coletora de sugestões disponibilizadas ao público na recepção do órgão, o qual sempre que necessita, preenche formulários próprios que são disponibilizados.

Não há resultados de pesquisas de opinião feita com cidadãos, segmentos da sociedade organizada ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação da PF no Rio Grande do Norte.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta Superintendência Regional vem cumprindo com as determinações constantes na Norma Brasileira de Contabilidade, tendo realizado a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Esta Superintendência Regional está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema e-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Do mesmo modo esta UG está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma, por meio da comissão de avaliação instituída pela Portaria nº 034/2013-GAB/SR/DPF/RN (conta **14.212.0600**-Equip. de Comunicação, **14.212.0800** – equip. utens. Med.,odont., labor. e hospitalar, **14.212.2800** –equip. natureza industrial, **14.212.4200**- Mobiliário em Geral), em conformidade com as orientações da referida macrofunção.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

Já a metodologia para cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi a das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, além de consulta ao Mercado Livre, para Máquina e Equipamentos de Natureza Industrial (14.212.2800).

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UG não possui Ativo de Investimentos;

- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e
- g) A UG não possui Ativo Diferido.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, verificou-se que a utilização dos mesmos possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro 11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. (Quadro A.11.2.1 da Portaria TCU 175/2013).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SR/DPF/RN			200394
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSON GUIMARÃES NAVES	CRC n°	DF-12534/0-8

12 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA GESTÃO

12.1 Providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório.

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

Neste aspecto, a SR/RN em 2013 conseguiu ampliar em 50% o efetivo de policiais e reduzir em 15% o efetivo de funcionários terceirizados que atuam na atividade de controle migratório no aeroporto internacional Augusto Severo. Para 2014, espera-se que o reaproveitamento de servidores da INFRAERO por meio de cessão ao DPF, amplie a força de trabalho de servidores na atividade de controle migratório. Esta iniciativa está sob a coordenação do Ministério do Planejamento, pois se trata de uma das ações vinculadas à concessão pelo estado para a exploração de aeroportos no país e Natal é uma das localidades que passa por este processo, resultando na construção de um novo aeroporto no município de São Gonçalo do Amarante.

12.2 Criação da Coordenação de Segurança em Grandes Eventos – CRGE

A Portaria nº 2877/2011-MJ criou no âmbito do DPF a Coordenação de Segurança em Grandes Eventos - CGE, subordinada diretamente à DIREX/DPF. Atendendo ao disposto no Memorando nº 24/2013-DIREX/DPF, foi criada no âmbito da SR/DPF/RN a Coordenação Regional de Grandes Eventos - CRGE, responsável pelas ações do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte durante os grandes eventos definidos no § 1º do art. 5º do Decreto nº 7538/2011. Para as ações da SR/DPF/RN durante a Copa do Mundo Fifa 2014, foram criadas 18 coordenações operacionais (Coordenação, Comando e Controle; Cooperação Internacional; Controle Migratório; Segurança Aeroportuária; Polícia Marítima; Inteligência; Segurança de Dignitários; Segurança Cibernética; Operações Especiais; Varreduras; Controle de Armas; Controle de Segurança Privada; Plantão de Polícia Judiciária; Corregedoria; Identificação de Vítimas de Desastres; Comunicação Social; Telecomunicações e Logística), 3 coordenações de local (aeroporto, arena e Fan Fest). Foram elaborados 22 planos de ação (um para cada coordenação anteriormente citada e um para a própria CRGE) e apresentados 4 projetos na ferramenta de gestão

de projetos GEPNET (Coordenação, Comando e Controle; Segurança de Dignitários; Logística e Telecomunicações), os quais são acompanhados pelo Escritório de Gestão de Projetos Setoriais - EGPS desta superintendência. Ao todo, estão envolvidos com a elaboração dos projetos e planos de ação 43 servidores, policiais e administrativos.

12.3 Principais informações veiculadas pela Comunicação Social no ano de 2013:

Durante o transcorrer do ano de 2013, a Comunicação Social expediu um total de 32 releases à imprensa sobre as diversas ações da Polícia Federal neste Estado.

A quase totalidade dos comunicados referiu-se às atividades que resultaram sempre em grande interesse por parte dos veículos midiáticos, os quais repercutiram as notícias no meio social, dando ênfase às prisões por crimes diversos, bem como, apreensões resultantes do combate tráfico de drogas.

Distribuídas para uma rede de contatos em inúmeros órgãos de imprensa, os assuntos cronologicamente abaixo listados receberam, durante o ano de 2013, relevante destaque, seja na imprensa local, regional e/ou nacional:

08 DE JANEIRO – A PF prendeu na Zona Norte, em Natal, um potiguar, de 32 anos, apontado como líder de uma quadrilha que vinha assaltando agências dos Correios no interior do Rio Grande do Norte. A prisão foi decorrente de um mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça Federal.

31 DE MARÇO – Um mestre de obras francês, 47 anos, foi preso pela PF no Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN, quando tentava embarcar em um voo para Portugal, levando 106 cartuchos, calibre 38 na bagagem sem ter autorização legal.

02 DE ABRIL - A PF prendeu em Natal, um agricultor, 34 anos, no momento em que ele dirigiu ao prédio da SR/RN para receber um registro de arma de fogo. Contra ele, existia um mandado de prisão em aberto, expedido pelo Juiz de Direito da 1ª. Vara Criminal de Catolé do Rocha/PB, por crime de homicídio praticado no ano de 2011.

05 DE ABRIL - Um empresário estrangeiro, 55 anos, residente em Natal, foi preso pela PF no aeroporto Augusto Severo, acusado do crime de evasão de divisas. Ele tentava deixar o país com 28 mil euros na bagagem sem ter declarado na Receita Federal.

19 DE ABRIL - A Polícia Federal deflagrou a Operação “Carta-Resposta”, em Natal, com o objetivo de desarticular uma quadrilha especializada em assalto aos Correios. Foram presos 03 potiguares e 01 paulista.

26 DE ABRIL - A Polícia Federal deflagrou a Operação “Absconso” com o objetivo de colher provas contra suposta remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

29 DE MAIO - Um engenheiro italiano de 57 anos foi preso pela PF em Natal. Ele era procurado pela justiça da Itália, onde foi condenado há mais de 12 anos pelos crimes de estelionato, fraude fiscal e lesão corporal.

31 DE MAIO - A PF prendeu por tráfico de drogas em um hotel de Ponta Negra, um técnico de áudio, carioca, 38 anos. Com ele foram encontrados 14,8 quilos de maconha.

17 DE JULHO - Duas irmãs, uma vendedora, 41 anos e uma costureira, 56 anos, foram presas na Zona Norte de Natal, acusadas de tentar sacar de uma Agência da Caixa Econômica Federal cerca de R\$ 23.000,00 através de um empréstimo consignado obtido mediante apresentação de documentos falsificados.

21 DE JULHO - A PF prendeu em flagrante no aeroporto internacional Augusto Severo, uma natalense, 21 anos, acusada de tráfico de drogas. Com ela, foram encontrados aproximadamente oito quilos de cocaína.

29 DE JULHO - Um comerciante, potiguar, 29 anos, foi preso pela PF em Natal, acusado de tentar sacar, fraudulentamente, R\$ 30 mil reais de uma agência da Caixa Econômica Federal, no bairro do Tirol.

02 DE AGOSTO - A PF prendeu no bairro do Alecrim, em Natal, um vigilante, 46 anos e um autônomo, 36 anos, suspeitos de tentar sacar fraudulentamente, cerca de R\$ 15 mil reais de uma agência da Caixa Econômica Federal.

06 DE AGOSTO – Deflagrada pela PF, a Operação Hecatombe, com o objetivo de desarticular grupo de extermínio composto por integrantes de forças policiais, que agia, principalmente, na Zona Norte de Natal.

06 DE AGOSTO – Uma estudante de 19 anos foi presa pela PF no aeroporto Augusto Severo quando desembarcava do Mato Grosso do Sul trazendo na bagagem 4,8 quilos de cocaína.

08 DE AGOSTO – A PF intensificou as buscas visando prender quatro acusados foragidos que não foram encontrados quando da deflagração da Operação Hecatombe e divulgou imagens do armamento que foi apreendido em poder do grupo criminoso

12 DE AGOSTO - Promovido pela DPREV/CGPFAZ, aconteceu de 12 a 16/08, em Natal/RN, o Encontro Nacional sobre Repressão a Crimes Previdenciários, cujo objetivo foi apresentar diretrizes, alinhar conhecimentos e fortalecer a atuação com os órgãos parceiros para a identificação de estratégias visando desenvolver ações conjuntas na repressão aos crimes previdenciários.

21 DE AGOSTO – A PF prendeu em Natal, um técnico em meio ambiente, 32 anos, acusado de desobedecer a ordens judiciais e não comparecer a diversas audiências na qual figurava como réu.

22 DE AGOSTO – A Polícia Federal prendeu o último dos 21 acusados da Operação Hecatombe que ainda encontrava-se foragido. No momento da prisão ele estava desarmado e não houve resistência.

30 DE AGOSTO – A PF realizou em Natal, uma coletiva à imprensa com o chefe da DRCOR, DPF Rubens França, oportunidade em que foi apresentado o resultado final das investigações sobre o assassinato do Agente Penitenciário Federal *LUCAS BARBOSA COSTA*, ocorrido em 18.12.2012, na cidade de Mossoró/RN.

09 DE SETEMBRO - A Polícia Federal prendeu no interior de uma Agência do Banco do Brasil, em Natal, um electricista, 46 anos e uma funcionária pública, 38 anos, acusados de tentar sacar fraudulentamente um benefício do INSS.

19 DE SETEMBRO – A PF prendeu em Mossoró/RN, um potiguar, 40 anos, acusado de tráfico de drogas. Com ele foram encontrados 12,5 quilos de maconha e 1,5 quilos de crack.

04 DE OUTUBRO – Um técnico de futebol cabo-verdiano, 40 anos, foi preso pela PF no aeroporto Augusto Severo, acusado de tentar embarcar para a Europa com 3,4 quilos de cocaína escondidos na mala.

05 DE OUTUBRO – A PF apreendeu em Patu/RN, 340 quilos de maconha. A droga estava acondicionada em caixas de papelão no interior de uma Van que vinha de São Paulo. Um camelô, potiguar, 25 anos, que dirigia o veículo, foi preso.

05 DE OUTUBRO – A PF apreendeu em Patu/RN, 340 quilos de maconha. A droga estava acondicionada em caixas de papelão no interior de uma Van que vinha de São Paulo. Um camelô, potiguar, 25 anos, que dirigia o veículo, foi preso.

14 DE OUTUBRO - A Polícia Federal prendeu no Conjunto Ponta Negra, Zona Sul de Natal, um comerciante, paulista, 41 anos, acusado de chefiar uma organização de tráfico de drogas que tinha ramificações no RN, CE e SP.

18 DE OUTUBRO - A PF prendeu no município de Luís Gomes/RN, cinco homens acusados de tráfico de drogas. Eles foram flagrados com 341,3 quilos de maconha.

13 DE NOVEMBRO - A Polícia Federal deflagrou na capital potiguar, a operação “Natal Feliz” e apreendeu 91 máquinas caça-níqueis que estavam instaladas em três estabelecimentos comerciais distintos, nos bairros de Capim Macio e Ponta Negra. Ninguém foi preso.

14 DE NOVEMBRO – A PF apreendeu 241 quilos de maconha em Mossoró. A droga estava com dois homens e uma mulher que foram presos.

04 DE DEZEMBRO – Deflagrada pela PF em Natal, a Operação Forró objetivando desarticular organizações criminosas voltadas para a prática de exploração do jogo do bicho e de jogos eletrônicos. Mandados de busca e de prisão foram cumpridos noutros estados.

17 DE DEZEMBRO – A PF, em conjunto com a Receita Federal do Brasil e Ministério Público Federal, deflagrou a Operação Salt, visando dismantelar suposta organização criminosa voltada à prática de crimes tributários e lavagem de dinheiro.

30 DE DEZEMBRO – A Polícia Federal apresentou o balanço das suas principais ações em 2013 no Rio Grande do Norte.

O Setor de Comunicação Social dedica especial atenção à divulgação das nossas atividades junto ao público externo e, na medida do possível, procura dinamizá-lo, uma vez que a mídia on line decididamente se impôs no mercado devido a sua rapidez na comunicação. Sendo assim, a SCS utiliza recursos próprios na elaboração de textos, fotos e vídeos, os quais são produzidos durante o acompanhamento dos flagrantes. Desse modo, a notícia é “vendida” de forma igualitária e sem privilégios para os meios de comunicação em geral.

Afora o zelo na divulgação externa da imagem da PF, a Comunicação Social também alimenta o Portal Intranet com postagens institucionais e, sempre que possível, procura atingir ao público interno com postagens criativas, dando ênfase para notícias, curiosidades, mensagens motivacionais, etc., sem descuidar da história da Instituição, sempre disponibilizado matérias com foco no passado/presente da PF, em solo potiguar. Registre-se que, pela natureza sempre mutante do trabalho policial, na maioria dos casos, as ações não são devidamente registradas, por isso o Portal também passou a listar o dia a dia das diversas atividades, as quais, visando à preservação da memória da instituição, podem ser acessadas de forma permanente no portal.

Quanto às dificuldades encontradas na implantação das ações, registre-se que elas decorrem basicamente de recursos materiais e de efetivo que a PF dispõe para lidar com uma área tão ‘melindrosa’ e ao mesmo tempo, de enorme importância, como é o Setor de Comunicação Social, o qual, como sabemos, é responsável direto pelo “marketing” da instituição.

12.4 Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, a Polícia Federal no Rio Grande do Norte realiza o plantio de mudas de árvores para compensação de gases de efeito estufa (GEE) gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas, contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região. Em 2013, em cumprimento ao termo de compromisso firmado entre a SR/RN e a SEMURB/Prefeitura de Natal, foram plantadas no Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, em Natal, cerca de 940 mudas de árvores nativas.

13 - RESULTADOS E CONCLUSÕES

O ano de 2013 para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte teve dois momentos bastante distintos, claramente evidenciados pelos resultados operacionais.

No primeiro semestre, a Gestão esteve focada principalmente na redução da demanda que ficou represada durante os mais de 80 dias de paralisação, decorrentes da greve dos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas da Polícia Federal, deflagrada em âmbito nacional, cujo encerramento se deu em meados do mês de outubro de 2012. Durante todo esse tempo, restou prejudicado o andamento das investigações, além das atividades cartorárias, redundando num aumento considerável de expedientes a serem concluídos, pendentes de diligências externas ou mesmo de investigações propriamente ditas, tais como intimações, levantamento de endereços, diligências in loco, ou mesmo trabalho cartorário.

Esse passivo acumulado ao longo de quase três meses de paralisação demandou, praticamente, o primeiro semestre de 2013, somando-se ao fato de muitas demandas terem surgido em razão das eleições municipais do ano de 2012, coincidente com o período de paralisação. Ou seja, as atividades nessa primeira parte de 2013 serviram para recuperar o tempo perdido, situação que foi resolvida principalmente com o cumprimento da jornada extraordinária em razão do acordo para compensação de horários por parte dos grevistas.

Além disso, esta Superintendência Regional teve, durante todo o primeiro semestre de 2013, duas operações de grande porte, que consumiu grande parte dos recursos disponíveis, uma voltada para o combate a um grupo de extermínio existente na Zona Norte desta Capital, denominada Operação Hecatombe, e outra voltada para o combate ao crime organizado de lavagem de dinheiro e ao jogo eletrônico, Operação Forró.

Superadas essas questões, com a normalidade das atividades rotineiras, esta Administração Regional logrou êxito na obtenção de alguns resultados operacionais positivos.

Nesse sentido, embora o coeficiente entre o número de inquéritos policiais instaurados e relatados não tenha atingido os índices estabelecidos pelo órgão central, pode se observar da leitura dos dados apresentados pela Corregedoria Regional (supra, Quadro 3.3.8) que houve um aumento considerável nos números absolutos, de modo que se verificou um acréscimo na instauração de inquérito policial e, igualmente, na resolução desses inquéritos instaurados, isso em relação aos anos anteriores.

Nessa mesma orientação, outro índice apontado pelo órgão central, o denominado Índice de Produtividade Operacional - IPO, elaborado nacionalmente pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/DPF, demonstrou grande evolução desta Superintendência.

Como se pode observar dos índices compilados diretamente dos dados dessa Diretoria, publicado em Boletim de Serviço 233, de 3/12/2013, a posição desta SR era, respectivamente, entre os anos de 2008 a 2012, os seguintes: 17º (IPO de 2,019), 25º (IPO de 1,676), 13º (IPO de 2,375), 25º (IPO de 1,538) e 26º (IPO de 1,175248).

A partir dos parâmetros estabelecidos pela DICOR/DPF, com foco principalmente nas questões que são consideradas como de maior peso, vale observar, inquéritos relatados, operações especiais de polícia judiciária, prisões e conduções coercitivas, Mandados de busca e apreensão, prisões em flagrantes, indiciamentos, quantidade de drogas apreendidas, bens apreendidos e sequestrados, prejuízos evitados para a União e perícias realizadas, esta Administração fez alguns ajustes no curso dos trabalhos com vistas, justamente, a melhoria dos índices parametrizados pelo Órgão Central.

Nesse sentido, já no ano de 2013, partimos das últimas colocações, para a 16ª colocação, com IPO de 2,200, conforme consta do Boletim de Serviço 034, de 18/02/2014. Nesse cotejo, esta Administração regional somente ficou atrás, na região Nordeste do Brasil, do Estado de Alagoas, o que demonstra o longo caminho a ser percorrido, para a melhoria dos resultados almejados.

Claro que essa é uma questão pontual e um foco claramente estabelecido. O índice é um parâmetro em âmbito nacional, cada Unidade da Federação com suas próprias peculiaridades, dificuldades e características, todavia, nos permitiu aferir os pontos fracos para, justamente, neutralizar as eventuais fragilidades e a busca de resultados positivos.

Outro aspecto ainda a ser considerado são as anuais restrições orçamentárias, que não permite a realização de grandes saltos na melhoria dos resultados. O esforço da administração é sempre produzir mais e melhor com o pouco que nos é disponibilizado, considerando que do orçamento conferido, grande parte é destinado ao custeio de serviços terceirizados, além dos recursos já empenhados com o funcionamento da máquina administrativa.

Não se pode, ainda, deixar de se registrar, já que o intuito deste documento é o registro dos fatos relevantes da Administração, as dificuldades de gestão de pessoal e dos recursos humanos disponibilizados, considerando a peculiaridade dos resultados do movimento grevista até o momento não resolvidos, cujos efeitos estão refletindo diretamente no ambiente do trabalho e, por consequência, nos resultados operacionais, apesar dos esforços deste gestor e de sua equipe em compor ao máximo, as eventuais dificuldades surgidas.

Há, ainda, que se registrar, que para o ano de 2014, em razão de um Grande Evento e suas repercussões na área de Segurança Pública, bem como das eleições no segundo semestre, certamente demandarão grande parte dos recursos financeiros e humanos disponíveis, redundando, fatalmente, na redução da produtividade final, todavia, a administração buscará neutralizar e equilibrar os efeitos desse deslocamento do foco e de prioridade com a esperada proatividade e o comprometimento dos policiais federais e demais servidores do quadro de apoio lotados tanto nesta SR quanto na Delegacia em Mossoró.

KANDY TAKAHASHI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/RN